CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

ATA DA 131ª REUNIÃO ORDINÁRIA – CAP/PR.

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de 2004, na sala de reunião do CAP, às 9h sob a presidência do **Sr. Hélio José da Silva** reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina, na sede da APPA, situada na Rua Antônio Pereira n° 161, com a presença dos **Conselheiros:** Juarez Moraes e Silva, Maria Manuela Oliveira,Luiz Henrique Tessuti Dividino Carlos Alberto Silveira Calvo, Michael Martins da Silva, Mauro Fontoura Marder, Jorge Tacla Filho, Arivaldo Barbosa José, Leonardo Luiz Vicente, Wilson Moraes da Silva, Maria do Socorro de Oliveira, Zulfiro Antônio Bósio, Ozeil Moura dos Santos, Luiz Antônio Fayet, Airton Galinari, Sidney Pinto, José Roberto Almeida Corrêa, Luiz Henrique Roos, **Convidados:** CMG. Osmar Pedro da Cunha, Leopoldino de Abreu Neto, Nilson Hanke Camargo, Sebastião Garcia de Carvalho, Lício George Domit, Edson Cesar Aguiar, Pedro Lopes de Oliveira, Sérgio Teixeira Mendes, José Álvaro, Carlos Prado, Claudio Ostermayer, Pedro Dias, Xenia Arnt, Stella Maris F. Bitencourt. **Abertura da Reunião: Presidente**: Ao iniciar os trabalhos o Sr. Presidente se referiu ao êxito dos trabalhos do CAP ao longo de 2004, quando foi possível superar muitos desafios, alguns conhecidos, outros ainda surpresos, que as vezes aparecem de uma hora para outra e alguns ainda que a gente não percebe mas certamente pelo esforço, pelo empenho e dedicação tenderão a ser menores, então por ser esta reunião em dezembro, a palavra inicial é esta, cumprimentar a todos pelo natal que se aproxima, pois estamos aqui entre pessoas e como tal precisamos viver intensamente esse período fraterno do natal, não só entre nós enquanto Conselheiros mas, nossos familiares, nossos amigos, nossos colegas de trabalho, então o natal reflete isso, um período de mudança, um período de busca de algo novo, um período que projeta o ano de 2005 que nós temos a sensação que será um ano bem melhor, então a todos inicialmente eu quero desejar um feliz natal e próspero ano novo para que vocês senhoras e senhores juntamente com seus familiares tenham êxito bastante significativo no ano de 2005. Essa reunião de hoje tem caráter todo especial, por que neste ano de 2004, creio que estamos inaugurando algo que se espera que seja permanente, ou seja, estamos hoje também fazendo uma homenagem a uma autoridade que prestou relevantes serviços a este Conselho e ao Porto de Paranaguá ao longo de 2004 que é o Cmte. Osmar, chefe da Capitania dos Portos do Paraná, então em momento específico iremos rendar uma homenagem a ele que merece esta simples homenagem. A nossa pauta de hoje, está projetada para termos condição de terminarmos a reunião até o horário de almoço, pois temos o convite por parte do TCP, para almoçarmos juntos no Restaurante Danúbio, desta forma estão todos convidados em nome do Cons. Mauro Marder, pois bem, dando seqüência e iniciando nossos trabalhos temos as Atas 129ª e 130ª sendo que a Ata 129 foi submetida a aprovação deste Conselho na reunião passada, entretanto houve ponderação de alguns conselheiros, mais especificamente da Cons. Maria do Socorro, que pretendeu fazer ajuste na redação de maneira a guardar maior fidelidade aos fatos que transcorreram naquela reunião, por essa razão o Colegiado acatou a ponderação da Conselheira, e assim, pretendemos submeter ao Conselho a aprovação desta Ata; gostaria de ouvir inicialmente nossa secretária para saber se a Ata está em condições de ser aprovada ou se temos algo a ser colocado por parte da Conselheira. **Cons. Maria do Socorro**: Senhor Presidente esta Ata não está em condições de ser aprovada pois nós tivemos problemas, a Secretaria do Conselho foi alterada, houve uma mudança de pessoas, um desajuste, estamos com esta Ata agora nas mãos, inclusive no Conselho estamos tentando nos

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

ajustar a esta situação, desta forma eu pediria que aguardássemos até o fim desta reunião para darmos uma olhada e não fosse feita uma aprovação inicial. **Secretária Rosa:** Conselheira, acontece o seguinte: esta Ata estava desde a última reunião do mês passado, que eu tinha passado anteriormente para a senhora, que ficou de mandar-me as alterações, desde o mês passado, não é por causa das alterações na Secretaria do Conselho que a mesma não está pronta, é que, até hoje não recebi as alterações desta Ata. **Cons. Maria do Socorro:** a Secretária Rosa não está aqui nos últimos 15 dias, inclusive Sr. Presidente eu estive aqui procurando coisas, nós tivemos que buscar aqui uma outra pessoa, ela já está em outro setor, o contato com a Rosa foi quebrado nos últimos dias, então eu vejo que nós estamos com problema, a Ata repete os mesmos problemas da Ata passada; contém uma carta do OGMO praticamente na íntegra, que nós pedimos que não fosse posto, pois uma vez que não tinha a gravação não pode se usar uma correspondência inteira para por na Ata, porque eu acho que isso deixa o Bloco dos Trabalhadores em desvantagem, tivemos aqui posições diferenciadas, o Bloco dos Trabalhadores falou, não foi registrado e está registrado em Ata uma correspondência completa do OGMO e nós somos e continuamos sendo contra. **Presidente:** vamos fazer o seguinte, como de fato neste período após 18 de novembro até hoje e mais recentemente nós ficamos sem nossa base operacional em razão de todas essas mudanças, então proponho que não seja abordada esta Ata hoje, que ela seja transferida para a próxima sessão para não aprovar no afogadilho e cometer equívoco o que não é o caso; da mesma forma a Ata 130 que não foi possível ser elaborada em razão dos mesmos motivos operacionais, então teremos que adiar para a próxima reunião, lamentavelmente nós teremos 03 Atas, solicito a compreensão de todos para que possamos resgatar esta dinâmica e passemos a ter as Atas aprovadas seqüencialmente após cada realização de sessão, feito isso, vamos adiante ao item 3 da pauta, que é a indicação das Comissões Internas do CAP. Aqui merece pequena contextualização, o CAP decidiu resumir, diminuir um pouco o número de comissões internas e otimizando inclusive alguns temas, porque percebia-se que tinha objetivos semelhantes e que estavam em comissões distintas, tínhamos 17 comissões e o Colegiado decidiu resumir e ficar em 09, e que estava dependendo agora em razão da alteração, de novos Conselheiros e de outros que foram substituídos, para fazer a nova composição dos integrantes destas novas comissões, de modo que possamos recuperar o andamento normal dessas comissões, para dar o dinamismo que as competências do CAP requer, em razão disso na reunião passada havíamos pautado esse item, e por solicitação dos Conselheiros passou-se para hoje, principalmente o Bloco dos Trabalhadores que pediu que precisava um tempo a mais para recompor os seus indicados, então eu consulto se o Bloco dos Trabalhadores já tem pronta sua indicação para que a gente possa consultar os demais blocos. **Cons. Fayet :** Sr. Presidente eu solicitaria que essa matéria não fosse examinada hoje, estamos passando por um período conturbado, temos dificuldades e eu acredito que já que esperamos até hoje, vamos esperar para janeiro, esta é minha proposta inclusive para o grupo de trabalhadores. **Cons. Maria do Socorro**, minha idéia é isso aí, se até agora não decidimos pelo período conturbado que passamos, eu prefiro que seja remetido para janeiro, para começar vida nova em janeiro. **Presidente:** esta é uma proposta que o Cons. Fayet está apresentando, já acolhida por parte do Bloco dos Trabalhadores, gostaria de saber se os demais blocos concordam com esta proposta. **Cons. Juarez**: estamos representando em várias comissões e acredito que seja fundamental para janeiro essa indicação. **Presidente:** não posso deixar de registrar que o Cons. Luiz Antonio me telefonou dizendo que estaria não sei se em São Francisco ou em Itajaí e me pediu que manifestasse aqui o desejo dele em integrar algumas comissões, que ele já havia inclusive enviado mensagem a todos os Conselheiros e à

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

Secretaria do CAP, informei a ele que faria o registro, porém a decisão sobre a composição das comissões depende de cada bloco, então este é que tem que decidir e indicar os seus respectivos representantes: se não há nenhuma ponderação contrária à proposta do Cons. Fayet. **Cons. Bózio:** Sr. Presidente, senhores companheiros, defendendo os Usuários, eu concordo com a proposta do Cons. Fayet, que até janeiro teremos melhores condições de indicar pessoas do nosso grupo para representar esse conselho. **Presidente:** tomada esta decisão, faço um apelo geral agora, não vamos adiar novamente, porque nós precisamos retomar os trabalhos das comissões, temos muitos assuntos que estão no âmbito de cada uma dessas comissões e que precisam ser trabalhados e subsidiar o plenário para que possa tomar decisões com maior profundidade, com maior convicção, com maior conhecimento de causa, e as comissões internas são fundamentais para isso, nós já temos a indicação por parte da Administração do Porto de todo o conjunto de Assessores para auxiliar no trabalho dessas comissões, então tão logo essas comissões passem a ser compostas a gente dará mais dinamismo, porém, isso não inibe que as atuais comissões façam suas reuniões, pois afinal não há uma dissolução de continuidade, sendo que o ajuste foi para facilitar a agenda de cada um dos Conselheiros, alguns tem presença em várias comissões, então incluindo suplentes para melhorar, dinamizar e ter maior participação de todo o conjunto do Colegiado. Vamos ao item seguinte que já é trabalho dessas comissões. Na reunião passada quando estávamos vivendo o momento inicial pós acidente do Navio Vicuña, este Conselho tomou conhecimento do fato e das ações que estavam sendo empreendidas para trabalhar não só a mitigação e reparação das perdas de vidas e danos ambientais, nós tivemos plena consciência de que nossas responsabilidades eram de acordo com nossas competências e que as ações decorrentes desse acidente seria de responsabilidade da Administração do Porto e dos órgãos públicos e das outras entidades que estão envolvidas, entretanto nós nos posicionamos como um sinal de alerta e solicitamos à Comissão específica que trata das questões do Meio ambiente que também ficasse na mesma condição, para que reunisse e visse aquilo que realmente era necessário no âmbito do Conselho, para que este pudesse atuar como atividade ou atitude solidária, como um fórum, como um ambiente, como um espaço adequado para buscar convergência de propostas e de objetivos no sentido que nós pudéssemos também dar nossa contribuição, e por essa razão a Comissão do Meio Ambiente que tem o Cons. Airton como relator, se reuniu e me encaminhou um pedido, decisão da Comissão solicitando reunião extraordinária. Essa reunião extraordinária não foi possível acontecer por razões que todos já conhecem: por determinação da APPA o CAP ficou sem o espaço físico para suas reuniões. No entanto eu gostaria agora que o Cons. Airton nos desse a posição de como é que o CAP, a Comissão se colocou diante desses fatos que foram associados a esse acidente do Navio. **Cons. Airton:** bom dia a todos a Comissão se reuniu no dia 23 de novembro e face ao período bastante conturbado, toda a Defesa Civil, todos os organismos envolvidos no acidente, na contenção dos problemas estavam assoberbados de trabalho, bastante corrido, então o que nós conseguimos realmente que no âmbito da Comissão nós entendemos que fosse uma maneira de colaborar seria a convocação de uma reunião extraordinária no sentido de esclarecer a comunidade portuária, as informações que estávamos tendo não era um canal, mas sim várias informações vindas de todos os lados, então realmente a dificuldade da Comissão atuar como informante, quando o papel dela é trazer ao CAP as informações mais reais e mais próximas do presente, já que as ações ocorriam a cada dia, cada hora e as situações iam se alterando no dia a dia, então o objetivo foi esse e a recomendação da convocação, da solicitação da presença de todos aqueles envolvidos nas ações corretivas de contenção do problema, para que se manifestassem, colocassem as posições, informando a comunidade portuária sobre a

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420-1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

situação real, acho que passado um bom período, quase um mês do acidente nós estamos com essa possibilidade agora de avaliação, pelo que nós vimos aqui está o IBAMA, IAP, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, representados aqui, então a Comissão sugere dando continuidade ou de acordo com nosso relatório que se fizesse uma explanação de cada órgão sobre a situação atual do acidente, do navio, como é que está ou o que nós podemos colaborar nesse sentido, nós como Relator entendemos que apenas a Comissão ser informada seria pouco, eu diria assim seria de pouca valia, acho que toda a comunidade realmente deveria participar dessas informações, nós tivemos no dia da Comissão a presença do Sr. Pedro Dias, que estava coordenando as ações que nos explanou, do Sr. Luiz Henrique, mas éramos apenas em quatro, e acho que realmente toda a comunidade tem esse direito e nesse caso particularmente quanto mais cabeças envolvidas, já que aqui a representatividade é bem maior do que a Comissão, seria mais interessante a gente ter esse relato para todo o grupo, então Sr. Presidente, acho que poderíamos solicitar aos presentes que estiveram ou estão envolvidos nessa ação que pudessem nos colocar a situação real e atual do problema. **Presidente:** inicialmente eu gostaria de ouvir os Conselheiros para ver sobre o relato da Comissão, se tem alguma manifestação, alguma sugestão dos demais Conselheiros. A proposta da Comissão é que a gente ouça as autoridades que estão envolvidas, eu imagino que aqui a primeira autoridade a ser ouvida é a Administração do Porto, porque o relacionamento que o CAP tem inicialmente é com a Administração do Porto, e após ouvirmos o relato da APPA, nós poderíamos ouvir outras pessoas, outras entidades, no entanto tem que ser destacado algo, nós temos consciência que as instituições próprias estão cuidando de todas as apurações de responsabilidade, de todas as medidas que são necessárias para reparos, para indenizações se for o caso, para todos os outros, nós queremos aqui apenas um posicionamento sobre o estágio atual e medidas tomadas, pois não adianta, não é nem próprio nosso querer explorar, investigar e verificar responsabilidades, eu diria que podemos trabalhar no sentido de avançar pró – ativamente. **Cons. Luiz Henrique:** bom dia senhores, com relação ao assunto do acidente Vicuña, já foi relatado na reunião anterior que o Porto participou desde o primeiro instante, a Guarda Portuária foi uma das primeiras a ter essa visão do acidente e para não nos estendermos muito, até porque o assunto poder ser melhor colocado pelo Major Luiz Henrique, que hoje está coordenando os trabalhos da Defesa Civil, eu gostaria até de passar para que ele fizesse o relato da última posição, esses últimos 30 dias por incrível que pareça, para os que tiveram diretamente envolvidos parecem que foram mais de um ano, foram terríveis, foram de todos que estavam aqui, de vinte horas trabalhado diariamente sem parar, sem sábado e sem domingo, gostaria então, se possível que o Major desse essa visão geral, até porque a APPA ficou subordinada à Defesa Civil, que assumiu juntamente com as demais autoridades, juntamente com a Capitania, IAP, IBAMA, temos aí um volume muito grande de pessoas envolvidas, para se ter uma idéia, houve até um mal entendido, vou aproveitar para colocar isso, quando a Defesa Civil assume uma operação e isso acho que é de conhecimento de todos, existe praticamente um estado de guerra, ela passa a assumir as frentes, as instalações do CAP foram cedidas para isso, até mandei fotos, as instalações receberam 80 a 100 pessoas diariamente durante 24 horas, então recebi alguns e-mails, algumas correspondências, acho que não houve a compreensão devida do tamanho do problema que se tem, para se ter uma idéia da operação de guerra, aqui está o representante do Armador, o Sr. Carlos, chegamos a ter mais de 1.000 pessoas trabalhando, tivemos mais de 250 embarcações trabalhando simultaneamente, 03 das maiores empresas, tínhamos em equipamento mais de 20 milhões de dólares, disponíveis em Paranaguá e sendo lançados para essa operação de combate, creio que a APPA, dentro do que pode tentou fazer o máximo possível dentro das

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

suas atribuições, acho que, depois de alguns problemas comerciais que surgiram no meio, isso é natural quando se envolve um volume de recursos dessa natureza, mas enfim, acho que os trabalhos estão acontecendo a contento, temos uma Comissão Parlamentar a nível estadual acompanhando os trabalhos, temos também já instituído um Grupo a nível nacional trabalhando nisso também, tanto na Câmara dos Deputados quanto na Casa Civil, então é um assunto que está evolvendo muita gente e eu gostaria acho que do último relato, pois se nós formos dar uma fotografia do que aconteceu nos últimos 30 dias precisaríamos de mais uma reunião extraordinária, dia a dia, nós vencemos uma guerra, o Cmte. Osmar também tem acompanhado, foi uma guerra a cada dia e a cada noite, porque a situação do dia era relativamente boa e à noite a desgraça acontecia porque não se tem combate noturno de óleo nem na água nem na praia, então passo a palavra ao Major Luiz Henrique. **Presidente:** Cons. Luiz Henrique, antes até de ouvir, como temos aqui a autoridade marítima também e tem os outros Conselheiros, eu queria saber se o Major Luiz Henrique irá fazer uso da palavra no âmbito da Administração do Porto? **Cons. Luiz Henrique:** não, no âmbito da Administração do Porto, Presidente o que foi feito eu poderia colocar desde as ações que impetramos contra diversas empresas, o gerenciamento do problema crítico comercial que acontecia, nos envolvemos diretamente, tivemos reuniões até madrugada aqui no Porto, por isso que eu falei que se fôssemos fazer um relato, só a monta de documentação da APPA hoje já dão mais de 1000 páginas de processo. **Presidente:** quando eu falo a âmbito seria, como o senhor estava fazendo uso da palavra pela Administração do Porto, então o Major Luiz Henrique faria uso no seu tempo pois eu teria que ouvir a Capitania dos Portos. **Cons. Luiz Henrique:** acho que nós temos que ter uma visão do que está acontecendo hoje e para onde nós vamos, estou tentando colocar o seguinte, se eu for repetir o que aconteceu em 30 dias, precisaríamos de uma reunião, não é possível fazer isso, acho que o mais importante é o Coordenador do processo se manifestar qual é a situação hoje e para onde vamos. **Presidente:** está certo, então na seqüência depois a gente ouve o Cmte Osmar, da Capitania dos Portos, vamos ouvir agora o Major Luiz Henrique, e que seja bem vindo. **Major Luiz Henrique Pombo – Defesa Civil:** senhor Presidente, senhores Conselheiros, Comte. Osmar, como o Cons. Luiz Henrique falou, se formos fazer um relato do que tem acontecido nos últimos 30 dias, é inviável, pois precisaríamos de muito tempo, vou dar um panorama de como está hoje a situação, continua-se, a Defesa Civil está coordenando, ela faz parte de um consenso de Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, que coordenam as ações da parte de meio ambiente e sócio-econômicas do problema ocasionado pelo Navio Vicuña, então desde a parte do meio ambiente até o atendimento às comunidades atingidas, a coordenação está com a Defesa Civil, IBAMA, IAP, Capitania dos Portos, em síntese o monitoramento ambiental continua, o problema está num decréscimo ou declínio, com relação às áreas atingidas há um monitoramento diário constante de todos os pontos que foram atingidos, dentro das baías de Paranaguá, Antonina e Guaraqueçaba, as segundas, quartas e sextas temos duas reuniões diárias, uma do comitê técnico e outro geral, as 16 e às 18 horas, para que seja avaliado todo o monitoramento feito em todos os pontos atendidos pelas equipes contratadas pelo armador para cuidar da despoluição e retirada dos detritos das praias e costões, com relação à parte sócio-econômica foram cadastrados pescadores, baseados realmente naqueles critérios estabelecidos pelo Ministério da Pesca em Brasília, dentro daqueles parâmetros foram cadastrados 4.411 pescadores nas 3 baías já mencionadas, já foi distribuída a primeira leva de cestas básicas, que tem um peso de 50Kg o kit que cada pescador recebe, estamos começando agora a segunda entrega antes do natal e eles estarão recebendo a partir de sábado o salário mínimo do Governo Federal, que é o salário desemprego também. Ainda há uma discussão ou

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

pendência com relação ao salário mínimo pago pelas empresas, mas isso deverá ser solucionado no decorrer desta semana, então Sr. Presidente, a síntese num apanhado muito geral ou aéreo seria mais ou menos isso que está sendo feito, ou seja, há o envolvimento, há a Comissão da Assembléia que está acompanhando, há comissões internas nomeadas pela Assembléia, ao qual o Pedro faz parte, então há um monitoramento independente da Coordenação do evento, de vários órgãos que nos auxiliam com informações, com dados, com sugestões e que a gente pode colocar isto em prática para que se estabeleça no menor tempo possível a normalidade em nossas baías. **Presidente**: Comandante Osmar o senhor poderia fazer o favor de fazer sua explanação. **Comte. Osmar – Capitania dos Portos do Paraná:** senhor Presidente, Senhores e Senhoras Conselheiras, vou resumir bastante a atuação da Capitania para que a gente não se alongue, nós tivemos atuação no controle de combate ao incêndio, controle na retirada de resíduos líquidos e todos os mergulhos que foram realizados no navio, instalamos o auto de infração previsto em lei, vamos fazer a aprovação do plano de retirada de destroços, bem como a coordenação e controle dessas atividades, estamos com acompanhamento diário durante 24 horas no local, foi criado um serviço a mais – no local do acidente, foi aberto o competente inquérito administrativo de fato na navegação, relativo apenas a tentar definir a causa da explosão. Trabalhamos também na atuação do restabelecimento da navegação em condições precárias com algumas condições, que o Cons. Luiz Henrique talvez chame de comercial a gente enxerga de outra maneira e chama de restabelecimento da segurança da navegação, e, o monitoramento ambiental ficou por parte dos órgãos ambientais, sendo que no que foi preciso a gente andou basicamente junto. Numa audiência pública realizada na última terça-feira na Capitania foi apresentado à comunidade e todos os interessados o plano de retirada do navio que já está começando, as dragas que vão participar da operação já estão atracadas no terminal ou armazém n.º 1 e tenho certeza que no dia 17 já começam essas operações com previsão de 60 a 80 dias envolvendo 40 pessoas e com uma firma que pode ser considerada a melhor que existe no mundo, uma firma holandesa que atuou no resgate do submarino Kusk, que é um submarino atômico a 100 metros de profundidade, então isso para eles é considerada uma faina bastante tranqüila, então basicamente em linhas gerais era o que eu tinha que passar para os senhores. **Presidente:** tenho aqui um pedido do Conselheiro Carlos Alberto Calvo, que também está querendo fazer uso da palavra, agora, eu pergunto alguns dos órgãos ambientais que pudesse dar uma síntese? O Cons. Luiz Henrique também gostaria de se manifestar. **Conselheiro Airton:** acho que seria importante o órgão referente ao meio ambiente se manifestar para a gente ter uma visão. **Presidente:** o que o Cons. Luiz Henrique está falando é que gostaria de ampliar um pouco mais a questão da APPA, pedindo a um assessor para fazer umas colocações especificamente sobre essa questão ambiental. **Conselheiro Luiz Henrique:** eu pediria ao Pedro Dias, você pode dar um breve relato da posição, até porque eu acho que ele tem que falar porque está acompanhando uma Comissão estratégica na área do meio ambiente, inclusive com assessoramento da Assembléia Legislativa, então ele tem algumas informações em caráter resumido. **Pedro Dias – Representante da APPA:** bom dia Presidente e Senhores Conselheiros, eu gostaria que depois obviamente de eu falasse que o IBAMA e o IAP fossem ouvidos como o Conselheiro Airton coloca, porque eles acompanharam o dia a dia da ação ambiental, na praia, pisaram no óleo, foram a campo e não tem ninguém melhor para falar do que realmente está acontecendo lá "in loco". Tive oportunidade de fazer também algumas inspeções, de sobrevoar com os Deputados, porque a Assembléia Legislativa criou uma Comissão com auxílio da própria Defesa Civil e com representantes do IAP e do IBAMA, então essa Comissão fez alguns trabalhos, acompanhou, mas aquele dia a dia sempre foi

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420-1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

levantado pelo IAP e pelo IBAMA, eu acho que além de fazer uma rápida explanação do que aconteceu, que já tive oportunidade de fazer na reunião passada, é de entender que temos que aproveitar este momento para pensar lá para frente, não queria ficar pensando para trás, acho que a gente tem amplas condições aqui no Conselho de traçar uma estratégia de proteção ambiental mais rigorosa para o Porto e aproveitar este incidente para sair ganhando ou lucrando, no bom sentido, criando aqui quem sabe, aquilo que infelizmente foi criado depois do acidente da Petrobras lá em Itajaí e que em minha opinião poderia ter sido criado em Paranaguá, que é o Centro de Defesa Ambiental, e que, infelizmente nos tardou cerca de 13 horas para chegar os equipamentos de lá para cá, isso é uma constatação para que a gente pense no futuro, assim como em Santos foi inaugurado no dia 01 de novembro um Centro de Defesa Ambiental e lá simplesmente por ação única e exclusiva dos terminais que operam com líquidos somente, a Autoridade Portuária de Santos, pela informação que nos chegou, entrou na ação somente depois do acidente com o Vicuña aqui em Paranaguá, passando a portar também condições de ação junto aos terminais líquidos, tivemos a informação de quem fez o referido Centro, inclusive com uma apresentação do projeto na semana passada aqui no Porto, sendo muito interessante por sinal, que é aquela da ABTL – Associação Brasileira dos Terminais Líquidos. Com relação ao acidente o que fizemos nos primeiros momentos foi acionar a Guarda Portuária, que em 10 minutos praticamente estava com ação junto com os Bombeiros e aquele apagar incêndio e na seqüência a gente foi começar a definir justamente essas responsabilidades, isso demorou um pouco por que só às 03 horas da manhã de um dia quase uma semana depois é que assinaram efetivamente a ação concreta e aí o Sr, Carlos, pode falar mais da ação que foi jogar o pesado no campo. Então claro, num acidente dessa natureza, quando se tem uma magnitude de desastre, o que vazou, vazou, foi para o maio ambiente, aí vem o meio ambiente tendo que ter as respostas de consolidação, isso já foi relatado. **Presidente:** como isso já foi relatado aqui, gostaríamos que o senhor pudesse se ater aos fatos mais prospectivos. **Pedro Dias:** então nesta Comissão eu gostaria de dizer efetivamente o seguinte: além da Comissão Estadual de Deputados, foi montada uma C.I. especial da Câmara Federal com a presença da Deputada Selma Schons, aqui de Ponta Grossa, do PT do Paraná, e do Deputado Gabeira atualmente no Partido Verde, que tem sua sede no Rio de Janeiro, os dois devem estar se deslocando à Paranaguá, estamos insistindo que se desloquem hoje e estejam juntos com os Deputados Estaduais, amanhã teremos uma reunião às 10 horas onde passaremos um relatório mais atualizado dos últimos momentos do evento. Então seria muito importante que os Conselheiros que residem aqui em Paranaguá no dia a dia, também pudessem comparecer a essas seções da Comissão dos Deputados, principalmente agora agregada ainda ao Fórum Federal que tem autoridade de convocar os órgãos federais, o que a Comissão Estadual não tinha, ou seja a CI estadual podia convidar os órgãos federais e a CI federal convoca os órgãos federais, então estamos conversando com os Deputados para que trabalhem juntos e evite que se criem fóruns paralelos, pois teríamos problemas. Sobre a ação dos Deputados foi mais no sentido de investigar o que cada autoridade está fazendo e creio que estão fazendo um bom papel neste sentido, e o mais importante senhor Presidente seria ouvir as ações ambientais do IBAMA e do IAP, do que relato de história, a única coisa que gostaria de deixar claro e que a gente poderia e deveria aproveitar esse momento, principalmente o CAP para que possamos alavancar um Centro de Defesa Ambiental aqui em Paranaguá, não só aquele que a gente fica dependente de Itajaí, para que as respostas às ações sejam mais rápidas e creio que isso não é difícil de conseguirmos, pela importância do mesmo, e aproveitar para que o Conselho de Autoridade Portuária seja o elemento pró-ativo neste sentido, juntamente com a Autoridade Portuária nós

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

consigamos ter aqui todas as condições, não só o terminal da Catallini que tinha lá o seu plano de emergência individual, mas que com certeza por um desastre desta natureza, não estava efetivamente preparado, e que tenhamos todos os terminais que mexem com inflamáveis, principalmente eles preparados, assim como os de granéis, porque poderíamos ter um acidente com óleo de um navio qualquer, então era isso que eu queria adiantar e acho que seria oportuno ouvir os representantes do IAP e IBAMA. **Presidente:** Conselheiro Carlos Alberto Calvo, vou pedir para que eles também dêm o posicionamento de cada um dos dois para realmente termos uma visão panorâmica e aí então a gente retorna para conclusão desta etapa do trabalho. **Sr. Sebastião Garcia de Carvalho - IAP Paranaguá:** bom dia Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, dentro daquilo que já foi dito, queria apenas dizer que o vazamento ainda continua, mas em pequena proporção, e este óleo não está mais atingindo a baia no seu interior, assim que sai do navio, ultrapassa as barreiras, está sendo recolhido pelas embarcações que são em torno de 40, tanto na maré de vazante quanto na maré de enchente, então este óleo não chega mais atingir o cais do porto e nossas ilhas. O IAP está diariamente no campo acompanhando todos os trabalhos, por exemplo, a lavagem do cais do porto já autorizada, também alguns costões, o marisma que é aquele capim próximo do manguezal contém uma quantidade excessiva de óleo e toda vez que a maré enche, bate naquele marisma retornando com parte daquele óleo, é o único óleo que está atingindo a baía, então pedimos para que ele fosse totalmente isolado com barreiras de absorção para não deixar espalhar esse óleo para o interior da baía. Aqueles marismas que não têm mais condições de sobreviver, estamos fazendo uma pequena poda para que não espalhe mais óleo, também começou a ser feito antes de ontem um levantamento dos moluscos que foram atingidos e estão mortos, que deve atingir milhares e milhares, pois se nós formos relacionar somente os animais que conseguimos recolher já somam em torno de 140, o que é pouco, tem muita coisa que morreu e que não está dentro dessa estatística e é isso que nós estamos fazendo também. As análises de água continuam sendo feitas e no sábado e domingo passados o IAP recolheu peixes vivos, caranguejos, siris, ostras, que foram encaminhados no domingo mesmo para Santa Catarina, na tentativa que esse laudo retorne para nós o quanto antes, para sabermos o grau de contaminação da carne desses animais, com divulgação assim que chegar. Uma preocupação nossa também é que recebemos denúncias, e ontem falando com o senhor e disse que o que é discutido aqui não sai para a imprensa e que a mesma não estaria presente, mas esta notícia eu gostaria que fosse divulgada, porque recebemos denúncia que tem pessoas da cidade com seu emprego garantido, comerciantes, e que estão capturando caranguejo e fazendo a comercialização sem saber se está contaminado ou não, dizendo que não está, mas não tem prova disso, e até mesmo trazendo ou divulgando que aquele caranguejo é de Guaratuba, já que lá está permitido, mas não tem a documentação necessária, então gostaríamos de deixar essa recomendação e contar com o apoio da população, para que não consumam esses pescados até que seja comprovado que não estão contaminados. Os resultados das análises devem chegar provavelmente até amanhã, se não der contaminação, ainda não iremos liberar nada, partindo para uma análise e, somente após uma segunda ou terceira é que teremos uma liberação em parte das baías, para não colocar a saúde da população em risco, sendo isso o que eu tinha a dizer. **Presidente:** obrigado, muito bem, vamos ouvir o representante do IBAMA, para que a gente possa concluir esse ciclo e ampliar mais um pouco a reflexão. **Lício George Domit – IBAMA Paranaguá:** Senhor Presidente, como aqui já foi dito o trabalho dos órgãos ambientais é integrado, o estadual, o municipal, o federal, estão todos irmanados num objetivo só que é atender a situação ambiental das nossas baías aqui do litoral e complementando o que muito bem falou o Sebastião, uma das preocupações que a partir de

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

agora, desse momento é a retirada dos destroços do navio, então pedimos ao CAP e a todos aqui presentes, o armador está aqui e também está preocupado com isso, que aquela inércia inicial que tivemos por ocasião do acidente não venha ocorrer de novo e possa trazer novamente vazamento de óleo para nossas baías. Hoje estamos numa situação em que o interesse passa a ser comercial, em retirada dos destroços do navio que estão obstruindo o Pier, que é importante para nossa cidade, mas as questões ambientais já que existe um planto de retirada, será exigido da Smitt, essa empresa que vai fazer a retirada dos destroços, todas as providências que acho que são possíveis de serem realizadas agora, para que não ocorra novamente o que ocorreu no primeiro instante que foi uma emergência, hoje a situação está controlada e não será admitido derrame de óleo em proporções inesperadas, que tudo é previsível a partir de agora, e é isso que tínhamos a comentar. **José Álvaro – Secretaria Estadual do Meio Ambiente:** vou falar pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e trago uma mensagem especial do Secretário Cheida e do que está preparado para o futuro, correlacionado exatamente ao que o Licio do IBAMA acabou de colocar. Acho que aqui todo mundo é consciente do aumento do trânsito de cargas e do afunilamento modal que existe no Paraná na área de influência do porto, então o porto recebe mercadorias, cereais e cargas gerais de uma área enorme, que a partir de Curitiba transpõe a Serra do Mar por três pontos ou de três maneiras: BR 277, poliduto e ferrovia, esta contextualização é necessária porque o acidente não pode ser visto apenas como fato isolado, ele precisa ser contextualizado e na medida disso compreendido e junto, por exemplo, com um acidente na ferrovia e múltiplos acidentes na BR 277 ou com acidente já ocorrido no poliduto, então a gente precisa lembrar quais as condições em que esse acidente aconteceu e quais os pontos principais da lição que ele demonstra. Então primeiro o uso de infra desgastada, essas três transposições da Serra e o Porto de Paranaguá são estruturalmente do passado. A lógica do segundo setor que predomina isso ainda aqui no Brasil e se demonstra com facilidade, indica que é mais barato esperar do que levar o protocolo de prevenção. Isso é assim em todos os lugares, foi assim nos Estados Unidos até o "Eczon Valdez", tanto que depois disso é que surgiu uma legislação específica para que o protocolo de prevenção evoluísse e surgisse, por exemplo, os navios de duplo casco para transporte de combustível, depois os planos todos de emergência, contingência, PAM, eles existem e são peça de arquivo, existem para que seja cumprida uma formalidade, mas não estão incorporados na gestão, e na medida em que não estão incorporados na gestão a gente tem aqui a Catallini para observar, tem a América Latina Logistica, os planos precisam deixar de ser formalidades, depois a gente precisa levar em conta as deficiências estruturais dos Órgãos ambientais que tiveram decadência induzida nos últimos anos e que não têm uma grande capacidade de fiscalização, para fazer com que esses planos, por exemplo, que fazem parte do licenciamento, façam parte do dia a dia da gestão das empresas, sejam elas públicas ou privadas. Existe ainda uma deficiência de comunicação inter-institucional e inter-setorial, então esses pontos nos remetem a esse ambiente de risco que a gente tem aqui, que fazem que a economia do Estado do Paraná, não só o ambiente tenha certa condição de vulnerabilidade, com isso o que está sendo proposto em termos de futuro vai ser criado uma câmara técnica multi-setorial, onde certamente a câmara técnica de meio ambiente do CAP deve estar presente, onde o Porto certamente estará presente, e a idéia tem como objetivo um sistema de proteção à Serra do Mar e ao litoral, ou seja o foco de avaliação de risco não vai estar só no estuário e no Porto, e sim nas três transposições da Serra e no Porto, então essa Câmara Técnica tem como objetivo criar esse sistema de proteção se apropriando do conhecimento desses múltiplos acidentes que aconteceram aqui. Além disso, uma outra coisa que a gente gostaria muito de enfatizar é que esse Conselho se aproprie do conhecimento e do que o

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

Porto, do que a Autoridade Portuária está propondo, seja em termos deste relatório de impacto sobre o meio ambiente que vai estar sendo distribuído aqui, como também das propostas que vem vindo, como também a criação do Centro de Defesa de Acidentes e algumas outras coisas que precisam ser retomadas, como por exemplo, batimetria, montagem de um modelo hidro–dinâmico calibrado da baía, são um conjunto de providências que estão sendo articuladas dentro da área de meio ambiente do Porto e que tem a ver com segurança, com diminuição de risco de acidentes. Além disso, o terceiro ponto que a Secretaria vai propor ao Governador é a plena institucionalização do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, seja sobre a área continental, seja sobre o espelho d'água, dentro do mar territorial e os estuários, então estas três providências que é essa Câmara Setorial, que vai defender um sistema de proteção à Serra do Mar e ao Litoral, o apoio incondicional às iniciativas da APPA e do CAP para com relação à questão ambiental e depois a plena implementação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro na área continental e no mar territorial. **Presidente:** muito obrigado a todos pelas referências e pelo apoio e respeito ao Colegiado, que certamente nas suas atribuições e competências não se furtará de forma alguma de exercer seu papel, apenas gostaria de salientar que, sob o ponto de vista da denúncia que falou-se sobre o caranguejo, que isso fosse no âmbito de sua entidade, porque como é a própria entidade que está tendo esse conhecimento, que aqui sirva apenas de fórum de informação. Tenho agora o Conselheiro Carlos Alberto Calvo que tinha solicitado para falar, então vamos interagir para que a Comissão possa ter mais elementos. **Conselheiro Carlos Alberto Calvo**: na reunião passada deste Conselho, eu relatei que, a ocorrência do acidente foi no dia 15 e dia 16 já tinha representante da Seguradora e do Armador pelo menos aqui em Paranaguá, e aproveitando que ele está presente, gostaria que ele pudesse falar, e vai estar inclusive à disposição para qualquer pergunta ou questionamento para uma futura reunião, que é o Sr. Carlos, que poderia dar a posição dele. **Carlos Prado – Sociedade de Navios Ultragás – Chile:** bom dia Senhor Presidente e Senhores Conselheiros, agradeço o convite para assistir esta reunião, o que eu posso talvez colocar agora, pedindo desculpas pelo meu português, eu gostaria de falar um pouco da história, mesmo que para o futuro, a Sociedade de Navios Ultragás pertence a uma família chilena, é uma companhia de navegação que está vindo para Paranaguá há mais de 30 anos, não é uma companhia nova que está chegando aqui na APPA ou nos Portos de Paranaguá, ela tem muitos navios que estão percorrendo o Brasil, nosso objetivo aqui com o acidente é principalmente colocar e dispor o que for possível para combater o que foi provocado pelo acidente, atingir os pontos trabalhando junto com as entidades locais. Por enquanto os trabalhos como foi explicado pelo Sr. Luiz Henrique (APPA) foram muito estressantes e cansativos no início, mas agora já se está com um pouco mais de controle, acho que as autoridades estão cientes de que o que tem sido feito está bem relacionado com o cronograma para o futuro. Em avaliações que estão sendo feitos nas praias, para o futuro também monitoramento para longo prazo e atingir também a comunidade social como bem colocou o Major Pombo. No futuro a Ultragás vai continuar aqui com a comercialização entre o Brasil e o Chile, posso contar que agora tem um navio nosso o Guanaca que está aí no terminal da Petrobrás descarregando metanol também, está hoje, têm navios graneleiros que estão chegando aqui na APPA também da Ultragás, então, o relacionamento da empresa com o Brasil faz muito tempo e vai continuar gente está aqui presente para ajudar em tudo o que for necessário para atingir o objetivo futuro. Como bem foi contado pelo José Alves, a comercialização e a chegada de navios aqui vai depender da segurança que os portos irão oferecer aos armadores e, nesse caso também tenho que deixar claro que, o Porto precisa ser preparado para qualquer emergência e de qualquer tipo, não só do Navio Vicuña, esse foi um

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

caso que está sendo investigado, não têm as causas e nem o culpado ainda, mas no futuro a gente vai saber o que aconteceu e isso será público para todo mundo. Nossa tranqüilidade é que a política de nossa empresa a Ultragás é fornecer tudo o que for preciso e necessário, deixar bem claro que estamos aqui trabalhando em conjunto com a comunidade, com o IBAMA, com o IAP, Defesa Civil, para atingir o objetivo social, econômico e também preparar o Porto com, se precisar, experiência internacional e o que for necessário para o futuro. **Conselheiro Luiz Antonio Fayet:** na Gazeta do Povo de hoje tem uma informação que a empresa P & I considera que o cais da Catallini não tem condições técnicas adequadas para trabalhar, pelo menos a manchete fala alguma coisa parecida com isso, então isso é uma coisa estranhável porque opera num lugar que não tem condições de operar, eu gostaria de saber se isso está registrado em boletins, em alguma coisa dessa natureza, porque isso nós temos que remeter à responsabilidade, quem é que autoriza uma instalação a operar se ela não tem condições? Como é que uma empresa de seguros faz seguro de uma instalação que não tem condições técnicas adequadas? Quando você vai fazer seguro de um automóvel a companhia vai ver se o automóvel não levou uma batida, que é uma coisa corriqueira, insignificante em termos de valor, como é que a P & I faz essa afirmação? Baseada em que? E quais sãos os registros e as providências que ela tomou previamente? Isso é uma curiosidade que eu tenho. **Conselheiro Carlos Alberto Calvo:** foi de nosso conhecimento também hoje essa reportagem do jornal, essa colocação foi do advogado da seguradora, é precipitada, concordo plenamente com isso, porque tem inquérito dc Capitania e ainda vai muito tempo, tem muita gente para ser ouvida, está sendo ouvida desde o acidente, nesse momento e ainda vai por muito tempo. Da mesma forma está correndo inquérito na Polícia Federal porque houve vítimas, então é muito precipitado, pelo menos esta é a opinião que tenho, acho que o Carlos concorda comigo, mas é a opinião puramente do advogado. **Presidente:** talvez o Comte. Osmar pudesse auxiliar na informação. **Cmte. Osmar Pedro da Cunha:** acho importante já que aqui neste fórum a gente está querendo algumas explicações, que a gente não se deixasse levar muito pela imprensa, primeira coisa, hoje está no jornal que está vindo um mini submarino para trabalhar, nada mais é do que uma câmara de descompressão para mergulhador, então a gente tem que ter muita calma e tranqüilidade. Outra coisa, no inquérito que estamos abrindo, o Píer diz que é o Navio, o Navio diz que é o Pier, então nós estamos onde entra naquela coisa mútua, e isto vai durante muito tempo, irá se atacar mutuamente, mas na imprensa, deixa eles se digladiarem na imprensa, mas a gente tem que aguardar com bastante calma pelo que eu saiba os quatro inquéritos: Polícia Federal, Capitania, tem a Comissão Especial, então acho que a coisa batendo esses quatro relatórios, acho que estaremos caminhando para dentro de uma possível verdade, esse é o primeiro aspecto de nossa discussão; a Segunda é que vejo tanta preocupação do futuro com acidente, fugindo até da baía de Paranaguá e subindo a Serra nos oleodutos, mas temos hoje 25 bóias fora de posição na baía de Paranaguá, existe coisa maior para provocar acidente do que bóia fora de posição de navios? É a maior causa de acidentes do mundo, quer dizer, não será por explosão, mas será por sair do canal e encalhar, o acidente é o mesmo. Mensalmente o Porto está sendo notificado das bóias fora de posição, tem que ter resposta, senão a gente pode estar conversando aqui e poderá estar entrando um outro navio e estar acontecendo um acidente, então bóia é para delimitar aonde o navio anda, como é que nós podemos estar a dois anos sem iluminação e sem manutenção, então começo a entender que tudo isso é importante, mas paralelo a isso, precisamos ser práticos, o Porto precisa ser prático, senão vamos fazer mais EIA-RIMA, mais planos bonitos e enquanto isso o navio está passando aí com bóia fora de posição, e aí o que vamos fazer se tiver outro acidente? O que vamos discutir? Então

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 420-1142 - Fax (41) 420-1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

mensalmente é colocado: tais sinais apagados, no canal de Antonina já não se navegam mais há dois meses, estamos perdendo navegação noturna porque as bóias estão totalmente fora de posição. Então falarmos em segurança é muito bonito, agora, fazer alguma coisa realmente para evitar eu não vejo ser feito, saio com essa frustração. Creio que são ações pequenas que o Porto necessita para que todo esse nosso discurso de olhar para o futuro seja para o bem de Paranaguá. **Conselheiro Arivaldo:** o que o Comandante falou é verdade, é só discurso, então eu aprendi neste CAP a ser mais objetivo, sem discurso, existe na ONU uma lei divulgada ao mundo todo e que dá muita ênfase à prevenção e isso não houve. O IAP e IBAMA falaram a verdade aqui, tem óleo no capim (marisma), análise de água, contaminação, etc., mas vou me ater mais a uma palavra – contaminantes, que entra na cadeia alimentar, é um material persistente por ser sintético, o Lício que é biólogo pode confirmar; tem bi-acmulação, é digerido pelos microorganismos, são organismos patogênicos e é isso que dá o impacto ambiental, esse contaminante não tem decompositores. O importante é nos sabermos aqui neste Conselho o que pode causar esse acidente, que teve muito discurso, no momento teve a prevenção, falou-se sobre destroços, sobre cobrar dos responsáveis o pagamento dos trabalhadores, cestas básicas, mas temos que ver o que o contaminante pode causar no futuro e abrangência dele, e isso eu gostaria de saber dos biólogos do IAP e IBAMA, para ficarmos ciente do que pode ser causado no meio ambiente da baía de Paranaguá. No Rio de Janeiro existe o Comitê de Bacias, o que nós podemos trazer para Paranaguá, o CAP tem este poder, é só olhar seus itens, ele pode promover isso. Então eu gostaria que as autoridades me respondessem o que vai causar futuramente esse desastre, que foi com pessoas também, uma catástrofe pois morreram quatro pessoas, parece que deste tipo de acidente só aconteceu em 1918 com um navio francês nos Estados Unidos com explosão e fogo, assim como aconteceu em Paranaguá infelizmente, então isto é grave e acho que a comunidade deveria saber das conseqüências. **Conselheiro Zulfiro Bózio**: Acho essa situação é muito grave realmente, talvez eu tenha a explicação para o Comandante Osmar dessa falta de coordenação e posicionamento das bóias no mar, a Concorrência Internacional 08/97 e o Contrato 6467, a empresa responsável que cuida desse sistema de bóia e monitoramento me passou em mãos um processo que o contrato não está cumprido e, está com atraso de pagamento de quase 2,09 milhões de dólares desse contrato, quero passar às mãos esse processo, tinha preparado para entregar para o Luiz Henrique verificar isso que talvez seja a resposta do Comandante. **Conselheiro Luiz Henrique:** como fui mencionado, solicito ao Conselheiro Bózio que me passe o processo, mas quero colocar que existem algumas competências dentro da APPA, e como nós não estarmos aqui com representante da área técnica, eu assumo isso e vou verificar isso. **Conselheira Maria do Socorro**: Senhor Presidente, eu só queria aqui fazer uma correção do meu companheiro Sargento, a explosão de navios é muito comum, já tivemos no mundo vários acidentes com explosões de navios, em porto, em condições de metanol realmente tem algum outro caso na década de 70, mas houve uma explosão gigantesca quando dois petroleiros colidiram na costa dos Estados Unidos e jogaram cerca 250.000 toneladas de óleo no mar houve outras ainda no mundo, mas esta aqui com fogo, após pesquisa constatei ter havido uma na década de 80 e muito semelhante a de Paranaguá. Eu pergunto aos órgãos ambientais efetivamente qual é a área atingida, em que condições está esta área, qual foi o derrame na baía? E também Senhor Presidente, creio que deveríamos criar aqui assim como tem em outros portos do mundo um Conselho de Segurança, não só para a área ambiental, mas formado com a Capitania dos Portos, com a área policial, com a Administração, com as autoridades, com os segmentos que representam a comunidade, e, em portos do mundo este Conselho chega a ter uma sala específica, se reúne de forma ordinária e em situações de

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420-1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

emergência para ver toda a questão de segurança do porto, creio que deveríamos criar aqui também este Conselho assim como existe o CAP, porque nota-se que neste acidente não houve uma reunião das partes, comenta-se que no Brasil não existe segurança efetiva e Conselho de Segurança nos portos, que o Chile está dizendo: temos aqui uma questão de segurança, mas não temos efetivamente uma proteção de meio ambiente boa, mas estamos com segurança melhor que o Brasil, é isto que tem sido informado pelos armadores nas páginas da internet. Então, vejo que a questão do Conselho de Segurança é importante, não é só do Porto de Paranaguá, mas brasileira, pois não existe em outros portos brasileiros, esta iniciativa deveria ser do Governo Federal e gostaria de saber sobre meus questionamentos sobre a poluição da baía. **Presidente:** temos vários questionamentos, e solicitaria às autoridades públicas que fossem registrando os questionamentos para serem respondidos num conjunto, pois se for responder um por um amplia muito. **Conselheiro Ozeil**: gostaria de perguntar ao Conselheiro Juarez que na última reunião que tivemos em Antonina nos foi dito que o Porto de Antonina estava com problema do acesso da estrada até o porto, e que tinha algum problema com as áreas ambientais, aproveitando a oportunidade já que eles estão aqui, gostaria de saber como está o novo acesso de Antonina até o porto? Tendo em vista que existem vários acidentes naquele percurso, se o Juarez pudesse nos informar e que os órgãos ambientais pudessem nos dar essas informações. **Presidente**: eu pediria para o Juarez abordar isso mais a seguir, pois vamos abordar ainda duas questões ligadas ao acidente, retornaremos mais tarde nesta questão, passo a palavra ao Conselheiro Fayet na ordem de inscrição para falar. **Conselheiro Fayet:** Inicialmente pediria ao Luiz Henrique que prometa que não vai entender que minhas palavras são contra ele, pois você pegou um rabo de foguete. Estamos discutindo uma questão de "leite derramado", considero o seguinte: observamos uma grande mobilização, efetivamente os órgãos estaduais e federais fizeram o possível para minimizar os problemas ocorridos, entretanto tenho preocupações que já registrei nesse Conselho na última reunião, que a irresponsabilidade com a gestão do porto determinou que o primeiro acidente fosse o Vicuña, mas já poderíamos ter tido acidente de gravidade igual ou pior em outras ocasiões em função de várias informações e denúncias que temos aqui, inclusive nosso Comandante da Capitania faz agora o registro da questão da navegação, até gostaria que se possível fosse remetido ao CAP pelo Comandante o material dos últimos seis meses a respeito dessas bóias fora de posição. Temos então uma questão que está latente para explodir outras vezes aqui, estamos totalmente desorganizados neste Porto e os acidentes não estão acontecendo, repetindo o que disse na reunião passada, porque Nossa Senhora do Rocio protege Paranaguá mesmo, pois senão isso aqui já teria virado uma situação mais difícil. Gostaria de propor ao nosso Conselho que pedíssemos ao Ministério Público Federal uma averiguação sobre essas questões, primeira: plano de contingência para enfrentamento de situações como essa, que é uma responsabilidade da Autoridade Portuária no campo administrativo, segundo: da disponibilidade de recursos para essas providências e especialmente à questão de treinamento de pessoal, então solicitar ao Ministério Público que instaure uma averiguação dessas questões, porque estamos aqui ouvindo relatos de que vivemos num ambiente de risco muito elevado, tivemos aí uma ação de heroísmo de algumas pessoas para tentar minimizar esses problemas decorrentes do acidente e constamos o completo despreparo do porto para essa contingência. Gostaria de esclarecer ao doutor Pedro que deu uma idéia ao Conselho, que o Conselho é uma autoridade legislativa e não executiva, e que ao longo desses dois anos tem tido um trabalho muito forte no sentido de normatização, então talvez o seu conselho servisse mais à área executiva do porto. **Conselheiro Luiz Henrique:** somente para uma questão de ordem, o porto está encaminhando uma proposta um

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420-1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: capgua@pc.gov.br

pouco mais abrangente que isso, está preparando um projeto para se conceber um CDA, talvez o único CDA público que eu tenha conhecimento que será constituído em Paranaguá por iniciativa da Autoridade Portuária, que é um projeto bastante grande e necessitaria de tempo específico para falar, mas vou adiantar que o Porto participaria com os ativos desse processo como um todo já temos algumas conversas com a Transpetro, com a Catallini, que também têm interesse em trazer essa solução para cá, o projeto que está se idealizando não pode ser feito em 30 dias, até porque na abrangência que pretende tomar não é possível, mas somente para orientar o que se está pensando, fisicamente será preparado uma instalação para receber tanto uma viatura de combate ao meio ambiente, uma viatura específica para combate a incêndio, embora o porto já disponha de um que é utilizado também para isso, uma viatura UTI 24 horas, somada ainda a uma inteligência de segurança, o que é muito mais que a gente imagina do que simplesmente um Conselho, é um grupo trabalhando 24 horas por dia, já tivemos uma conversa com o Tribunal de Contas, porque algumas despesas mesmo que amparadas por programas, fundos ou terminais, poderão ser questionadas. Mas um sistema como esse só pode funcionar se tiver exercício, que abrange não só um grupo de pessoas paradas esperando acontecer um acidente, mas sim durante 24 horas e o ano todo cadastrando fornecedores, pescadores, trinando essas pessoas, criando operações simuladas a cada seis meses com essas pessoas, onde receberiam inclusive uma diária para isso, motivando-o para que venha participar. Então se trata de um projeto amplo e que será submetido ao CAP porque acho que vai mudar o cenário do Porto, não será feito de forma unilateral, não existe desta forma em nenhum porto do mundo, pois é de interesse de todos na medida em que um acidente com derramamento de óleo como esse, ou outro qualquer que poderia acontecer, esse grupo estaria treinado para isso, constituindo-se num processo que não pode ser criado da noite para o dia, como simplesmente contratar um Corpo de Bombeiros, uma Ecosorb que tem uma boa viatura, não é assim, aprendemos com o Vicuña, por exemplo, que, não adiantaria termos 1.000 metros de barreira em Paranaguá no dia do acidente, pois não teríamos barcos cadastrados e gente treinada para instalar, foi uma operação de guerra, lembro do Terminal da Catallini mandando contratar todos os barcos na mesma noite mesmo sem saber para quê, mandando vir de Itajaí, de Santos, isso é fato e aconteceu, quem esteve lá viu, a Catallini assumindo responsabilidades que não são inerentes a ela, o Porto trazendo e mobilizando equipes de fora, que é o que nossa competência permitia, foi feito no mesmo dia e não estou falando de poucas despesas, só a conta de helicóptero do Governo do Paraná está hoje em mais de 300.000 dólares, foram duas unidades 24 horas por dia à disposição de todo mundo, de todos os órgãos ambientais, quer dizer são várias coisas que foram feitas sem se preocupar com o depois mas com o momento, mas acho que temos que olhar o futuro e aí o CAP pode nos ajudar bastante na concepção da idéia, acho que isso é garantia de sucesso. **Presidente:** gostaria de saber dos Conselheiros e principalmente do relator da Comissão que solicitou uma explanação mais ampla dessa matéria, se mais alguma colocação, pois tenho a proposta do Conselheiro Fayet que tem que ser tratada em específico. **Conselheiro Airton**: no sentido de avaliar as informações e condensá-las, a função da Comissão é fazer proposições e não quero ter a pretensão de dentro da Comissão sugerir mais do que as pessoas que estão aqui e bastante capacitadas têm condição de oferecer sugestões, creio que no âmbito da Comissão esse relatório acho que vai ser a Ata dessa reunião, pois acredito que pouca coisa seria acrescentada se reunissemos apenas os membros da Comissão. Então acho que todas as sugestões e decisões que estão e surgindo a partir do fato todo e dessa reunião, o CDA, o grupo que o Luiz acabou de comentar, sugestões que devem se concretizar em ações fazem cumprir o objetivo de nossa solicitação que era informar a comunidade sobre as ações

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

tomadas e que serão tomadas, as preocupações, realmente informar a comunidade de todos os problemas, e em conjunto dentro do que cabe ao CAP definir o que podemos até trabalhar como catalisadores no sentido de viabilizar essas ações. Então considero essas explanações bastante satisfatórias dentro do que a Comissão sugeriu e se viu prontamente atendida. **Presidente:** e que deverá encaminhar um relatório para o plenário depois, alguns questionamentos foram aqui apresentados e pedi às autoridades públicas que anotassem para responder no conjunto para não ficar um de cada vez. Pela seqüência que foi adotada, Comte. Osmar o senhor teria algo a acrescentar sobre algum questionamento? **Comandante Osmar – Capitania dos Portos:** Conselheira Maria do Socorro, existe já uma Comissão de segurança instituída no Porto de Paranaguá, mas com aspecto de segurança, há uma diferença entre "safety" é segurança, existe uma Comissão do Ministério da Justiça coordenada pela Polícia Federal que trata do aspecto de segurança, e ela ultimamente tem sido absorvida pelo ISPS-COE, então acho que está um pouco desviada de sua função de segurança, mas volto a dizer que essa Comissão é específica para o aspecto de segurança e "safety" ao meu ver é responsabilidade da autoridade portuária em coordenação com as demais autoridades do local, então esta parte é que precisa ter dentro do porto e não como conselho mas como organograma da autoridade portuária. **Conselheira Maria do Socorro:** Senhor Presidente, temos que ver que a questão de segurança ambiental, de todo tipo de segurança, quando se trata de Conselho de Segurança existente nos portos por aí, é de uma visão holística de segurança do porto, esse Conselho de Segurança que tem Comandante é um conselho das autoridades de segurança, e os que tenho visto pelos portos do mundo, é um conselho que congrega todos os envolvidos na comunidade portuários com os seus segmentos representativos. **Presidente:** tenho a impressão Conselheira que o Cons. Airton deverá reunir a Comissão novamente, poderá depurar e analisar todas essas propostas e sugestões apresentadas hoje, e subsidiar este Conselho para que possa decidir e encaminhar medidas que forem decorrentes. Vamos ouvir o pessoal dos órgãos ambientais para responder questões pontuais colocadas. **Sr. Lício George Domit – IBAMA:** Com referência principalmente à colocação do Conselheiro Fayet, o IBAMA notificou também o Porto para que apresentasse as considerações sobre a situação em que ocorreu o acidente com o Navio Vicuña, o que já foi apresentado e está sendo analisado, e no aspecto apresentado pelo Conselheiro sobre o óleo, gostaria de complementar que está sendo e será feito monitoramento a longo prazo para avaliar todas essas situações referente às conseqüências desse óleo no ecossistema como um todo, nós teremos em breve provavelmente árvores de mangue morrendo, moluscos que já morreram, várias conseqüências, até uma possível alteração genética em alguns organismos, tudo isso será analisado por equipe contratada do Centro de Estudos do Mar para esta avaliação, cujos detalhes estarão à disposição posteriormente. **Presidente:** gostaria de insistir com o representante do IBAMA se já há perspectiva de liberação dessas áreas contaminadas para a prática pesqueira ou atividades de lazer? **Sr. Lício - IBAMA:** o caráter preventivo tem que ser adotado pelas instituições ambientais porque o primeiro lote de análise principalmente de carne de pescados estará com resultado saindo em breve e mesmo que negativado é coerente que se faça nova análise para que não tenhamos problema sério de saúde pública, que venhamos com alguma liberação trazer conseqüências sérias, já temos sérios casos de surtos de diarréia onde 90% da população que havia ingerido peixe, então essas situações estão sendo analisadas criteriosamente, porque essa liberação não pode ser realizada assim de uma hora para outra, temos que usar bastante cautela e não temos ainda previsão de momento de liberação. **Sr. José Álvaro – Sema:** eu queria passar uma informação que nos acidentes com óleo entre 1974 e 1998, de forma geral, 2% foram motivados por fogo e explosão e

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

acima de 700 toneladas este índice passa para 6%, portanto, é uma ocorrência freqüente, esse dado é da "Ipieca" que são as maiores empresas de petróleo do planeta, gostaria de fazer uma outra colocação, no mundo inteiro se repete a mesma coisa: só um grande acidente é capaz de romper a inércia e fazer com que haja uma associação inter-setorial e inter-institucional para que haja um passo adiante, então há pouco mencionei dos pontos que são importantes para a gente se aperceber do ambiente de risco, onde há deficiência de comunicação inter-institucional, mencionei também a decadência induzida de alguns órgãos públicos, no qual infelizmente como brasileiro eu incorporo a Marinha, não é nada pessoal, me sinto triste ao constatar que o IAP, IBAMA, Marinha e o Porto poderiam ser melhores. Aqui já aconteceram acidentes, o Navio Norman foi de certa forma um aviso e a comunidade não se apercebeu que poderia ter um problema grave, seja no canal, seja por conta das bóias, seja por uma multiplicidade de outros fatores aqui no estuário ou nas transposições da Serra do Mar; a sociedade de um modo geral, e eu incluo o Governo, não se aperceberam que poderiam estar construindo essa situação, então reafirmo que a inércia foi rompida por causa do acidente, o heroísmo de alguns órgãos que estiveram envolvidos no acidente precisa ser substituído pela organização, por um passo adiante, por busca de eficácia, por treinamento, por participação em conferências internacionais para se apropriar de conhecimento nesse setor e é isso que se pretende fazer. **Comte. Osmar – Capitania**: gostaria de dizer o seguinte: discordo dessa opinião que a Marinha tem piorado, acho que tem melhorado de padrão e de qualidade apesar da falta de recursos do Governo, discordo literalmente sobre o que fora dito em relação aos órgãos públicos, embora respeite a opinião por ser opinião pessoal. **Sr. Carlos – Ultragás:** Senhor Presidente solicito um aparte porque o nome de Armador apareceu aí com a Sra. Maria do Socorro, e é o seguinte, o Armador não está dizendo que o Porto não é seguro, sobre a afirmação na internet que os portos do Chile são mais seguros eu ainda não vi, mas o que posso dizer é que O Chile por possuir 4.400 km de costa e muito estreito, depende da comercialização pelo mar, além disso, em 04 de julho desse ano foi colocado em força o ISPS-COE mundial e todos os portos do Chile estão certificados, mesmo que sejam públicos ou privados, coisa que está acontecendo agora aqui no Brasil e vai melhorar muito a imagem dos portos do Brasil no mundo todo. O armador solicita que coloque em ata que tem que ser feito a prevenção e o treinamento de pessoal para emergências, para que não aconteça o que aconteceu com o Vicuña. **Conselheira Maria do Socorro**: por questão de esclarecimento até pela dificuldade de língua, na verdade eu disse que li no boletim dos Armadores do Chile, e não especificamente que o Armador do Vicuña havia feito tais afirmações. **Presidente:** alguém mais gostaria de colocar algo ainda sobre o acidente de maneira breve, para que possamos encerrar o assunto e dar continuidade à reunião?. **Pedro Dias:** somente uma colocação e proposta sobre o que o Conselheiro Fayet falou, a intenção não era que o CAP execute o CDA, mas sim dê apoio à sua execução, aproveitando esse momento pró-ativo, poderíamos ter aproveitado no acidente do Norman e se deixou passar. Creio que não devemos deixar passar o momento do CAP apoiar essa iniciativa da autoridade portuária. **Presidente:** senhor Pedro, na verdade a intenção nossa de termos a base operacional permanente e reuniões aqui, era exatamente para o CAP prestar e hipotecar todo seu apreço e solidariedade a esse acidente, lamentavelmente não foi possível, vamos então às áreas. **Lício – IBAMA:** Senhor Presidente, vamos com ajuda do projetor multimídia, de forma rápida ver as áreas mais impactadas (fez uma breve explanação no mapa da baía projetado na tela)., por exemplo, temos a Ilha das Peças que foi atingida violentamente com placas de óleo de espessura considerável, regiões atingidas no Parque Ecológico de Superagüi tanto de praia quanto de mangue, a comunidade do Medeiros foi atingida, na praia de Pontal do Sul tem

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

aparecido pelotas de óleo, a região da Ponta do Poço também foi atingida, embora não violentamente, foi encontrado óleo na região da Mariano, na baía das Laranjeiras, na região interna – Europinha, Eufrasina também mesmo em menor quantidade. As concentrações maiores são no ponto zero do acidente, no cais comercial, Ilha da Cotinga, Canal do Sucuriú, parte frontal Ampara, Piaçagüera, Ilha do Mel, Ilha das Cobras, Ilha das Peças, creio que bem resumidamente é assim e existem detalhes dessas informações no grupo técnico e que está à disposição. O volume derramado não está definido ainda, pois continua saindo e coletado óleo do navio, existiam 1.240 toneladas de óleo banker, 150 toneladas de óleo diesel e aproximadamente 29 toneladas de óleo lubrificante no navio, então está sendo feito o levantamento do que está saindo, para se ter a estimativa do que realmente vazou, não temos um número bem definido ainda. **Presidente:** Acho que a Comissão do Meio Ambiente tem elementos suficientes agora Cons. Airton para poder mergulhar mais ainda e agradeço muito a colaboração de todos esses órgãos e nos resta cumprimentá-los por todo empenho demonstrado no esforço de recuperar algo que eventualmente não tivesse sido acionado no momento oportuno e solicitar ainda que, se for necessário a Comissão poderá pedir a presença de alguns dos senhores para ampliar o esclarecimento, ou fortalecer alguns, para que possa consolidar essa proposta. Temos dois assuntos que foram colocados: o primeiro que foi a proposta do Conselheiro Fayet sobre o encaminhamento de uma correspondência ao Ministério Público Federal a respeito da averiguação sobre o esquema de contingências, outro sobre disponibilidade de recursos e outro sobre treinamento de pessoal, foi feito essa proposta e gostaria de ouvir os Conselheiros, entretanto, foi solicitado pela Dra. Stella Maris que é a Procuradora Jurídica do Porto que hoje veio aqui para participar conosco, a convite da Secretaria Executiva do CAP. **Dra. Stella Maris – Procuradora Jurídica da APPA**: essa manifestação será de poucos minutos, primeiramente com relação à questão do encaminhamento ao Ministério Público Federal isto já está sendo feito, inclusive passamos informação a pedido deles, informação ao IBAMA de todo histórico do que aconteceu no acidente, de todas as medidas tomadas pela APPA desde o início, particularmente acompanho desde o primeiro momento junto com a equipe da Administração e inclusive a Comissão Especial da Assembléia, e esse encaminhamento já está sendo feito, o Ministério Público Federal já está acompanhando, inclusive a Secretaria Estadual do Meio Ambiente junto à Procuradoria do Estado, no sentido das medidas judiciais. A APPA por sua vez também, por meio do Jurídico nos primeiros momentos do quarto dia propôs uma medida cautelar tendo êxito na liminar, determinando o Porto Catallini, quando falo isso é para deixar bem claro que quando se fala aqui através da Marinha – Comte. Osmar, ou comentários que tenho ouvido aqui que a APPA não tem ou não tomou medidas de segurança, precisa-se esclarecer que o acidente aconteceu na Catallini que é um porto concedido pela União, como também é o Porto de Paranaguá, continuando essa questão, eu faria algumas perguntas, porque veio a questão das bóias, da segurança, pelo Capitão Osmar, o que eu perguntaria e deixaria algumas no ar, se é que elas podem ter respostas em relação à segurança também. Nós entendemos que o Porto tem o poder de fiscalização sobre o Porto Catallini, mas temos aí a União que concedeu através do Ministério dos Transportes à Catallini e temos outro órgão fiscalizador que seria a Marinha, então a nossa pergunta é a seguinte: se a Marinha, comandante, consideraria fogos de artifício um risco à navegação por estar a dois ou três quilômetros da Festa do Rocio? Se a Marinha foi consultada pela Prefeitura ou de alguma forma da possibilidade de realizar uma festa a 300 metros dos locais onde os navios trafegam se os fogos de artifícios poderiam gerar risco à navegação? E se segundo a Lesta que é a lei de navegações, em seu artigo 5º diz que toda embarcação estrangeira tem que ser inspecionada no que diz respeito aos certificados e

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

firma De Amorim já está novamente ativando, estive fazendo uma visita ao setor de licenciamento estratégico do IAP e há interesse do próprio de fazer esse licenciamento e recomeçar a examinar o assunto. Esta é a situação hoje da Rodovia dos Portos. **José Alvaro – Secretaria Estadual do Meio Ambiente:** a informação sobre o novo acesso, o que está registrado no processo, ainda no fim da gestão Jaime Lerner, foi feito um estudo de impacto, este estudo de impacto foi construído sobre uma alternativa de ligação da Ponta do Félix com a BR 277, com uma grande ponte sobre a foz do rio Nhumdiaquara, na última audiência pública o estudo de impacto foi desqualificado tecnicamente, isso consta do processo e por conta disso, dessa desqualificação técnica baseada em dois pontos: instabilidade geológica dos morros atrás de Antonina, que justificaria a indicação da necessidade de um plano diretor, para evitar especulação imobiliária, para que não se colocasse em risco parte da cidade por conta da obra e por questões biológicas do estudo do impacto. Na medida disso não houve ainda na gestão Requião, uma retomada da questão que vai demandar um conjunto de estudos técnicos adequados, levando em conta os problemas técnicos anteriores para que possa subsidiar uma nova autorização do IAP, então isso ainda está em compasso de espera. O processo não está novamente bem instruído para receber por parte do IAP a liberação, essas são as informações que eu tenho no momento. **Conselheiro Ozeil Moura dos Santos:** uma pergunta, porque quando se investiu 300, 400 ou 500 milhões no porto não se analisaram todos esses detalhes? Depois que se constrói o porto é que vai estudar esses detalhes, não está invertida a posição? **Presidente:** eu questionaria se estaríamos devidamente em condições de analisar com maior profundidade matéria dessa natureza ou se não seria necessária de repente em outro local, outro ambiente para ampliar, pois senão a gente vai ampliando a reflexão e talvez não tenhamos os elementos suficientes para podermos apreciar, pode ser assim? **Sr. Leopoldino de Abreu Neto:** com relação aos 2,5 Km de ligação entre os dois portos, acho que não há problema nenhum pois ali é uma planície, sem movimentação sensível de terra, já do terminal da Ponta do Félix até a BR 277 eu considero frágil e nem foi citados nas duas audiências públicas que tivemos, um pequeno desvio volta para a planície a linha, sem aproveitar a antiga linha da Estrada do Registro e úma planície direta, desde a Ponta do Félix até a BR 277, sendo que a parte de Morretes de 4 ou 5 Km, é totalmente degradado, tinham e têm fazendas, de nosso lado não temos ocupação expressiva, quase nenhum morador, ou seja, é bom possível. E tem essa grande ponte que venceria a foz do rio Nhundiaquara, que é uma ponte de aproximadamente 1.200 metros, com 19 pilares, perfeitamente adequada, e com um valor expressivo que se retornaria em quatro ou cinco anos. **Presidente:** agradecemos as colocações e vamos ouvir o Comte. Osmar que ficou devendo explicações à Dra. Stella sobre o questionamento realizado. **Comte Osmar – Capitania dos Portos:** Dra. Stella, quanto aos seus questionamentos eu esclareço, primeiro, a Marinha não tem nenhuma atribuição legal de fiscalização de terminal, item 2, fogos não são perigos à navegação, a procissão do Rocio no dia anterior foi repleta de fogos, e terceiro, não houve nenhuma consulta à Capitania sobre nenhum tipo de festividade, agora eu lhe devolvo uma pergunta, a APPA quer participar do inquérito colocando esse tema no inquérito da Capitania? Então vamos convocar alguém da APPA para inserir nesse sistema. **Presidente:** Agradeço as colocações e ainda sob a ótica da questão de segurança, temos aqui um tema extremamente oportuno, do cotidiano, que são os compromissos que os portos brasileiros têm de atender em relação aos requisitos do ISPS-CODE do Plano de Segurança e, o Conselheiro Luiz Henrique nos solicitou que gostaria de prestar algumas informações ao Colegiado, de como é que anda o estágio desse assunto, e mais ainda, porque participou em Brasília recentemente de um evento que tratou desta matéria. **Conselheiro Luiz Henrique:** Senhor Presidente, vou fazer um breve relato, na terça-

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

feira a APPA compareceu numa reunião em Brasília promovida pelo Ministério da Justiça, Camex, Casa Civil, GSI que é o grupo de segurança ligado diretamente ao Presidente da República, e foi no sentido de passar a régua da situação de todos os portos, em especial daqueles portos que não estariam ainda cem por cento aptos a conseguir a certificação. A posição é a seguinte: os principais portos – Vitória, Santos, Rio de Janeiro, Paranaguá e Rio Grande estão basicamente na mesma situação, eles não têm a parte de tecnologia implantada, Santos tem uma situação um pouco mais crítica, ontem inclusive nós tivemos um representante daquele porto aqui e fizemos uma apresentação, passamos um convite ao SINDAPAR e ao SINDOP, para que eles se interessassem em saber qual era a situação lá, para a gente ter uma referência, uma questão de referência de onde para onde. Santos não tem nem as obras civis terminadas, estão construindo lá 28 gates, parece que tem 4 aptos. Mas falando de Paranaguá, a situação no sentimento, no feeling, na relação principalmente com o GSI, que é o peso da balança e vinculado diretamente com a Presidência da República, eles não têm preocupação em relação à Paranaguá apesar de não termos ainda todos os equipamentos de segurança disponíveis, tivemos um problema de contratação e isso não é novidade, mas estamos atendendo o procedimento, fizemos um mutirão nos últimos 30 dias, instalamos 28 câmaras nos pontos principais do Porto, implantamos um sistema de controle de acesso, já temos a base de dados integrada ou disponibilizada pelo OGMO que já está disponível nos portões da APPA, o processo de sinalização foi finalizado ontem, o treinamento das pessoas tem acontecido sistematicamente, uniformizamos algumas pessoas, principalmente as que vão ficar no portão na parte de fiscalização, que estão trabalhando desde o dia 1°, a parte de sistema de controle de cargas que era a maior preocupação já está disponível e ativa, a pedido dos Operadores nós demos uma segurada e agora a partir desta semana ela entra em vigor em caráter irrevogável, não volta atrás, só no novo termo, nas novas condições. Obviamente tivemos alguns problemas nesta semana, alguns caminhões tiveram que voltar e não vão entrar, já foi colocado isso até porque não é uma impertinência do Porto, mas sim o cumprimento de um procedimento de segurança, vai continuar tendo este problema por algum tempo e, isto também não ajuda a situação de acesso que está avançando bem rápido agora. Mas enfim, temos nossa vistoria agendada para o dia 22 próximo e estamos convictos que a APPA não terá problemas na parte de certificação, até porque os procedimentos estão sendo cumpridos, esperamos que até a semana que vem tenhamos a empresa vencedora da parte de tecnologia, aí sim teremos uma situação bastante confortável tendo a solução de tecnologia disponível. Os terminais visitados também não têm problemas, é claro que temos que ter em mente que não é certificou e acabou não, isso apenas está começando, queria deixar claro uma informação que, a Receita Federal pegou a carona no ISPS-CODE e a partir de julho do ano que vem vai exigir uma norma de segurança da carga para efeitos de segurança tributária, fiscal, dessa ordem, ou seja, será implantado um sistema sobre sistema para que a gente possa atender todos os órgãos. O Porto de Santos será o piloto e estão bastante preocupados, por isso que pedi que esse pessoal estivesse aqui conosco ontem para que os Agentes do Porto de Paranaguá e os Operadores pudessem antever o que vai acontecer aqui até o final do ano. Deixei isso bem claro, pedi para o Julio que esteve lá conosco uma atenção especial, acho que aqueles que estão dentro do SINDAPAR e do SINDOP devem se preocupar bastante com esse assunto, para se ter uma idéia e para finalizar, quem está cuidando da parte do ISPS-CODE em Santos são 7 empresas, estão muito bem assessorados, mas estão preocupados com integração do sistema com a Receita, que é uma integração de todos os terminais e do Porto no sentido de atender esses novos quesitos, esse é o próximo desafio que temos por aí, não é só instalar o sistema que está tudo bem. Santos,

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

Vitória, Rio de Janeiro, já estão disponível pelo sistema do SUPERVIA que é da USP, esta já tem formalizado um Centro de Excelência reconhecido pelo Ministério dos Transportes, então essas soluções serão disponibilizadas, vai fazer parte da Agenda Portos nos portos que não têm capacidade financeira, e os que têm terão que se virar sozinhos, e já estão em tratativa com os portos de Itajaí, São Francisco e Rio Grande. É importante colocar isso, porque acho que no Conselho temos que discutir assuntos desta ordem, que são mudanças estratégicas e no comportamento de todos, é óbvio que temos problemas maiores ou menores dentro do Conselho, mas é importante se colocar na pauta como prioritário, porque senão viraremos uma ilha no meio de todos os outros portos que adotarão os procedimentos e ficaremos para trás. A APPA teve essa iniciativa mesmo sem sucesso no ano de 1999 ou 2000, a preocupação naquela época já era de definir procedimentos padrões até porque as empresas a cada mês que passa estão inovando, fazendo customizações, automações e se tivermos um norte acaba facilitando o processo na frente. Para se ter uma idéia, isso é fato, em Santos uma das empresas que forneceu a solução tecnológica para o Isps, na ordem de 2,5 milhão de reais, e quando entrou para discutir o ISPS-CODE/Receita, para liberar os códigos, o que não tinha sido previsto no ISPS-CODE quer mais 1,3 milhão de reais só por um papel que é para abrir as bases de dados. Desta forma estamos falando de coisa muito séria, principalmente para aqueles que investiram no aqui ISPS-CODE. E por fim eu gostaria de tranqüilizar, assumimos desde o começo, vamos conseguir a certificação, não tenho mais dúvida disso, embora doída e da forma que não queríamos, a não viabilização desse projeto provocou até uma mudança estrutural em todo o departamento estrutural da APPA, por conta de medidas não tomadas a tempo, foi uma medida radical do porto que não admitiu uma coisa que estava estabelecida previamente lá em abril, então eu peço mais uma vez, porque nós teremos um novo cenário sendo desenhado, sabemos que o problema do porto, eu diria que é maior que eu vou colocar, mas eu diria que o grande problema que temos hoje é suprimento, estamos formando uma equipe nova, uma parte está comigo, pois estou com a Operação e se tivéssemos com o suprimento já ajustado tenho certeza que essas demandas sairiam mais rápido, mas vamos fazer, estamos aí com os pneus para reformar os afastadores, me comprometi de fazer a licitação das defensas, fizemos a licitação das defensas onde uma das empresas que ganhou é de Maceió, e descobrimos que ela não tem qualificação técnica, isso são problemas de licitação, mas será repetido quantas vezes for preciso, infelizmente e nada contra é a regra e temos que respeitar a legislação, é isso que temos a colocar. **Presidente:** esgotado o assunto meio ambiente, agradeço as colocações dos órgãos ambientais, voltamos á conclusão do assunto ISPS-COE, alguém teria alguma colocação para finalizarmos? **Conselheiro Luiz Henrique**: sobre a questão ISPS-COE volto a afirmar, não tenho mais medo disso, tenho dores traumáticas, mas nós vamos ser certificados, agora aproveitando o momento porque estamos numa faina muito grande e se esperar uma próxima reunião para responder isso Conselheiro Bózio, talvez eu não consiga fazê-lo. **Presidente**: eu interrompo um pouco só para registrar a solicitação de saída do Sr. Carlos, agradecendo sua presença e o lanche proporcionado a este CAP, e quem sabe possamos iniciar um período de reuniões com lanche, que a APPA consiga prover isso. **Conselheiro Luiz Henrique**: dando continuidade, esse assunto Conselheiro trata-se do fornecimento de um Ship-Loader ainda na época de um projeto de modernização da APPA quando tínhamos uma oscilação cambial violenta e verificando as correspondências do processo, percebe-se que eles estão buscando uma diferença cambial ocorrida na oportunidade, esse processo já foi tratado duramente aqui dentro, já foi discutido em todas as instâncias, a APPA não deve literalmente nada para essa empresa, informado isso à empresa há anos, particularmente acompanho isso há 4 anos, e

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

falamos se a empresa achasse que tem direito que buscasse a justiça, pois aqui não tem direito, a administração não vai pagar 500.000 dólares por um problema, se uma empresa quer fazer um fornecimento internacional procure os mecanismos de direito, seguro contra câmbio ou o que for, pois não pode simplesmente depois de fornecer o equipamento, chegar daqui a seis meses e dizer que o preço era tal, compramos em real, não compramos em dólar. Então trata-se de uma aspecto comercial e que de forma alguma entendemos como inadimplência do Porto, e sim uma demanda judicial, pois o dia em que a justiça determinar a APPA vai pagar, vai cumprir a sentença naturalmente. **Presidente**: Senhores Conselheiros ainda sobre o ISPS-COE alguma ponderação? **Conselheiro Michael Martins da Silva:** gostaria de fazer uma colocação com o comentário que ontem quando estava me encaminhando para Curitiba, houve algum problema de falha técnica no radar em Brasília, ao ponto que o tráfego aéreo aqui na região Centro Sul ficou suspenso por 1 hora e 15 minutos, significa que com tudo que tem sido colocado sobre o acidente com o Navio Vicuña, sobre o ISPS-COE até com confusões, pois temos segurança safety e segurança security, mas, o mais perturbante foi os comentários do Comandante Osmar com relação às bóias, temos uma situação de precariedade de um grande número de bóias fora de posições, sendo essas posições até dinâmicas por falta de dragagem e, gostaria de fazer uma pergunta provocativa, ontem alguém fechou o tráfego aéreo, e se aqui as bóias comprometem a segurança "safety", quem vai tomar uma atitude contra isso? Estamos falando em contratos que por estarem em litigio fazem total conveniência uma suspensão da dragagem, temos evidência de contrato que por estar em litígio ou em desfalque faz a fiscalização e colocação de bóias uma atividade não feita Há tempo, e estamos de falando de navios que poderão tornar-se outro desastre desencadeando novamente uma situação de emergência, o que preocupa a todos aqui, porque foi comprovado que temos desfalque em relação a isso. Mas as coisas básicas para manter a segurança da navegação para um porto que tem recursos, que não é o caso de outros portos. Então eu queria ter uma definição final de quem é a responsabilidade final, tipo o que ontem viu que havia segurança de vida por falha do radar e fez o tráfego parar. **Presidente:** algum outro Conselheiro gostaria de fazer uma colocação para que se possa ter uma resposta? **Conselheira Maria Manuela:** a preocupação do Conselheiro Michael é pertinente, é nossa prioridade, ontem passei essa preocupação à nossa Assessoria de Assuntos do Mar, que estão preparando essa manutenção, uma outra preocupação nossa é a Galheta, junto à bóia n.º 4, e estamos fazendo estudos aproveitando a vinda de técnicos especializados, para nos assessorar sobre que tipo de serviços devemos fazer para que não passemos por essa situação de fechar o canal da forma como se fechou o trafego aéreo, mencionado pelo Conselheiro, mas é um assunto em estágio inicial que será tratado no primeiro trimestres do próximo ano, quero aproveitar para dizer que se esse foi um ano de problemas, choques, divergências, o próximo ano será certamente de realizações, as vias de acesso estão a pleno vapor, o Cais Oeste finalmente está com o projeto que espero seja definitivo, indo para Brasília, e imagino que no final do próximo ano tenhamos um rol de obras que nos impulsionam para o futuro, aproveito para desejar boas festas de final de ano a todos. **Conselheiro Fayet:** para que os meus colegas do Conselho não sejam surpreendidos, quero dizer que fiz uma denúncia às autoridades federais sobre essa questão de segurança de navegação no Porto de Paranaguá e me referindo inclusive como reflexo aos acidentes, esta matéria está sendo tratada na esfera do Governo Federal e evidentemente não tenho nenhuma expectativa, que as autoridades têm se demonstrado absolutamente frouxas no trato de suas responsabilidades, são absolutamente omissos, como tive oportunidade de dizer ao próprio Ministro a aos próprios diretores da ANTAQ, não tenho expectativa que tragam solução, mas pelo menos estamos fazendo uma escalada de

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

responsabilização companheiro Michael. Então essa questão de segurança de navegação no Porto de Paranaguá eu abordei num expediente que mandei exatamente sobre o acidente do Vicuña. **Presidente**: como não há algo mais sobre assunto vamos adiante, agradeço ao Conselheiro Luiz pela exposição sobre o ISPS-COE. Agora gostaria de perguntar ao Conselheiro Juarez, porque nós recebemos uma correspondência do Ministério dos Transportes que registrou uma manifestação da Administração do Porto em relação à aprovação do Plano Anual de Dragagem que este Conselho realizou, em discordância com alguns ajustes que foram apresentados por esse Conselho. Na sessão passada, pedimos à Comissão que analisasse a matéria e se possível hoje nos desse um relatório para que a gente possa enviar ao Ministério dos Transportes. **Conselheiro Juarez:** Senhor Presidente, Conselheiros, autoridades, a Comissão foi convocada no mesmo nível de dificuldade das demais. Apenas no último dia 14, em razão das circunstâncias já mencionadas, a reunião foi conjunta com a Comissão Tarifária e Orçamentária. Além do Planto Anual de Dragagem, outro tema que estava para análise era a Proposta Orçamentária da Administração, onde se contemplam também todos os investimentos na área de infra-estrutura marítima e é também pertinente à Comissão de Dragagem. No entanto houve quorum para a Comissão Tarifária e Orçamentária e não houve para a Comissão de Dragagem, desta forma esse assunto específico não pôde ser tratado no âmbito da Comissão, se for permitido posso dar minha opinião sobre o tema ou então marcamos uma nova reunião da Comissão, coloco à disposição esta questão. **Presidente:** já dei uma informação parcial ao Secretário de Gestão do Ministério dos Transportes, dizendo que o assunto estava sendo tratado no âmbito de nosso Conselho. Considerando que estamos num período de transição de pessoas, creio que dar uma informação conclusiva agora ou no início do ano, pouco influenciará, pois o próprio Plano Anual de Dragagem já foi publicado no Diário Oficial que o senhor recebeu cópia. Creio ser possível receber essa informação na próxima reunião após a Comissão analisar com mais propriedade, sem inibir sua manifestação pessoal, é claro. **Conselheiro Juarez**: talvez eu possa manifestar-me em caráter pró-ativo apenas, deixando para a Comissão aprofundar o conteúdo. A questão da pró-atividade é dizer que o Plano à época foi costurado com a área técnica da APPA, pela Dra. Manuela, pelo Luiz Henrique e passou por um processo forte de alteração desse quadro, então o entendimento que teríamos é que no âmbito da Comissão mas com participação absoluta das áreas da APPA, a gente pudesse se debruçar sobre os ajustes que são necessários, a gente não gostaria de se ater ao substantivo desse documento encaminhado ao Ministério pela APPA, mas sim no fundamental que seria efetivamente qual a proposta da APPA para 2005 e que fosse ajustada em função da decisão anterior, que foi objeto de análise da Comissão à época e do próprio Conselho. Então se houverem ajustes a fazer, até porque o contrato com a empresa Bandeirantes vence em junho e o Plano de Dragagem é anual, ele terá uma transição contratual ou um aditivo, enfim a gente não sabe como a Administração vai conduzir nesse sentido, mas o nosso sentimento é que os ajustes que porventura a APPA nesse novo contexto de gestão que está passando entenda devam ser avaliados, a Comissão e imagino o Conselho estaria aberto a fazê-los, até porque a realidade sobrepõe qualquer papel e a gente poderia rever qualquer aspecto que seja conveniente fazer e, pelo que entendemos no Ofício da APPA ao Ministério, a APPA questiona justamente que o Plano de Dragagem não está exatamente ajustado à sua diretriz estratégica e às limitações legais que o próprio encerramento do contrato com a Bandeirantes estabelece. Então nosso entendimento é colocar a Comissão à disposição da APPA, sem a participação da área técnica a Comissão nada vai poder fazer, que a gente seja um fórum a disposição da APPA para ajustar o que for necessário, esse é nosso entendimento. **Presidente:** na verdade Conselheiro

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

Juarez, eu estava com esse mesmo sentimento e iria responder de pronto ao Secretário, relatando o processo que foi conduzido por ocasião da aprovação do Plano Anual de Dragagem, sinto que de fato os questionamentos, dúvidas, discordâncias com o que se decide aqui, poderiam também ser colocadas aqui nesse plenário ou nos encaminhasse para que a gente pudesse dirimir todas as questões e dúvidas antes de reivindicar a segundos fóruns, pergunto aos demais Conselheiros, diante da posição do Conselheiro Juarez, teriam algo mais a acrescentar ou a disconcordar, qual a sugestão que eventualmente alguém possa apresentar? Devo entender dessa forma que o comentário do Conselheiro Juarez que é o relator da Comissão, em razões das condições técnicas e operacionais que teve ao longo desse período se resume como sugestão a esse plenário de acatar o que ele acabou de colocar? **Conselheiro Fayet:** eu entendi de suas palavras Juarez é que existe um Plano aprovado, se alguém tem interesse em mudar que faça as suas postulações técnicas, explique as razões técnicas e argumentos que tem para que façamos aqui uma mudança, enquanto isso não vier, permanece a decisão anterior. **Conselheiro Juarez:** eu resumiria dizendo que esse Plano Anual de Dragagem foi concebido em parceria com a gestão à época, como houveram alterações na gestão da APPA, nada mais óbvio que a gente ajustar o que a APPA entender seja necessário, desde que seja feito com a participação da APPA integrada com a Comissão, estaríamos dispostos a rever o termo e ajustar o necessário, ou seja, acredito que se tem ajustes a se fazer que se faça, desde que se converse. Gostaria até de ouvir a Diretoria Técnica e Diretoria Empresarial da APPA. **Conselheira Maria Manuela:** em resposta ao Conselheiro Juarez, essas modificações foram feitas em reunião, que o senhor bem lembra, em princípio estamos de acordo, mas como estamos fazendo nova especificação para os procedimentos de dragagem em razão do término do contrato agora em 2005, poderão haver algumas alterações. A princípio o Plano está aí, aprovado, e essas alterações se houverem, serão sugeridas numa próxima reunião em janeiro. **Conselheiro Luiz Henrique:** só para fazer uma contribuição Presidente, eu entendo que tem alguns aspectos quando tratamos do assunto dragagem, podemos ter algumas divergências, mas se levarmos o assunto pelo aspecto técnico, que é como entendo que está sendo levado, nós não podemos ter duas figuras distintas, vamos ter que chegar ao consenso que vai ser bom para todos, porque estamos falando de aspecto técnico e não de alguma coisa conceitual, modelística ou política, teremos que partir para os finalmente, pois senão vai chegar dezembro do ano que vem e estará desse jeito. **Presidente:** eu poderia concluir da seguinte forma: vou fazer uma carta ao Secretário complementando essa aqui, relatando o processo que esse Plano foi aprovado e ao mesmo tempo mencionando que, por ser um Plano e pela dinâmica que este Conselho adota, sempre está disposto a acolher novas propostas, novos ajustes e eventualmente fazer revisão desse Plano, pois por se tratar de um Plano ele também é dinâmico e permite ajustes. **Conselheiro Luiz Henque:** minha última interferência, com relação à dragagem, eu só peço no que depender da Comissão, que sejam ajustes ou formalidades, nós demandamos no mínimo 6 meses para licitar, que sejam conscientes que temos que resolver esse assunto em janeiro. **Presidente:** diante desse tempo eu questiono o seguinte: se nós temos aquela como proposta da APPA que houve a discordância, eles estão manifestando que o Plano aprovado foi aquele, se há discordância, a APPA teria que mostrar novamente elementos para alimentar o CAP com novas informações, novos dados, para que a Comissão possa apreciar, entendido isso está fechada a matéria. **Conselheiro Fayet:** eu só tenho ainda uma pergunta à Dra. Manuela, que falou de Cais, eu não estava aqui ainda naquela época, mas tive informação da Conselheira Maria do Socorro que houve uma Audiência Pública à época, e creio que qualquer alteração de projeto deve passar novamente por Audiência Pública, e por uma questão de bom senso

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

administrativo se deveria encaminhar essas idéias ao CAP, pois a relutância de envio dessas matérias ao CAP poderá sérios problemas a pessoas físicas futuramente. **Conselheira Manuela:** na verdade, por uma questão de ordem, está indo primeiro para Brasília e assim que retornar, encaminharemos ao CAP, a princípio não há grandes modificações, a não ser o translado dos 180 metros. **Presidente:** vamos ao item seguinte que é a análise da Proposta Tarifária e Orçamentária. **Conselheiro José Roberto:** senhores Conselheiros, a Comissão Tarifária e Orçamentária reuniu-se no último dia 14 e decidiu o seguinte: recomenda ao Presidente solicitar à APPA a apresentação ao plenário, da Proposta Orçamentária 2005 e Proposta de Investimentos 2005, em razão da impossibilidade de participação do Diretor Empresarial nessa reunião para prestar maiores informações a esta Comissão; o Luiz Henrique teve compromisso de agenda com viagem à Brasília, houve quorum, a Comissão analisou as propostas, mas principalmente nas de Investimento, existem algumas bastante polêmicas que geraram dúvidas, então seria bom que apresentasse ao Conselho para dirimir essas dúvidas, por exemplo a do Terminal de Fertilizantes que aloca um certo valor, mas necessita de alteração do PDZPO e salientar se é público ou privado, e outras como o Cais Oeste que até o próprio plenário teria questionamentos. Então antes da Comissão tomar posição sobre o Orçamento, que o plenário tivesse conhecimento e até nos auxiliasse para uma melhor decisão sobre o assunto, esta é nossa proposta senhor Presidente. **Presidente**: Senhores Conselheiros, o Conselheiro José Roberto propõe que o assunto seja abordado na próxima reunião, agendada desde já com a concordância dos senhores. Então vamos adiante, os itens 4.4 e 4.5 da pauta, por solicitação dos Conselheiros ficam transferidos para a próxima reunião, o Relatório Gerencial da APPA foi distribuído não havendo dúvidas sobre o mesmo; em relação ao Relatório de Supervisão do OGMO que foi discutido na última reunião o Conselheiro Airton poderia nos colocar alguma coisa. **Conselheiro Airton**: em relação a essa matéria, realmente foi discutido na última reunião, mas creio que não ficou a meu critério falar ou relatar sobre o mesmo, e sim ao Conselheiro Gilberto que imaginei que viesse a esta reunião, de forma que não estou preparado para abordar o assunto. **Presidente**: Considerando o compromisso que este Colegiado tem com o OGMO, solicito que os Conselheiros que compõem o Conselho de Supervisão desta entidade, se articulem e passem subsidiar o CAP sobre os assuntos que lhe são próprios. Continuando, passou-se ao item 7 da pauta, que trata da indicação e aprovação do novo Secretário Executivo do CAP, eu gostaria de ampliar, gostaríamos que não só refletíssemos na pessoa que foi ou será o Secretário, mas sob o ponto de vista do apoio técnico administrativos que estamos recebendo para nossos trabalhos. Então inicialmente gostaria de ouvir os representantes da APPA, pois se houve necessidade de alterar a indicação da pessoa e espaço físico, talvez pudessem nos dar mais elementos que pudessem ajudar. **Conselheiro Luiz Henrique:** com relação à questão do espaço físico, aconteceu em função do já comentado nesta reunião, que é o apoio temos que dar à Defesa Civil no sentido de combate ao incidente Vicuña, e que após vencida esta fase as coisas serão restabelecidas, com relação ao layout do Porto, haverá uma mudança para melhor, mas que não alterará o espaço disponível para o CAP. Com relação à indicação do Vitor para a Secretaria, trata-se de uma pessoa extremamente competente no que faz, é daqui, conhece as pessoas e isso é importante, logicamente que no começo haverão sobressaltos o que é normal quando se troca de função, mas logo irá adquirir o conhecimento necessário para a função, então isso é tranqüilo. Me preocupa só fato de não poder liberar esta sala para o CAP, mas em breve quando voltar, voltará com reforma, pois esta sala tem exatamente 10 anos e necessita de reformas tanto na instalação, quanto no mobiliário e equipamentos para dar melhor condição de trabalho até mesmo à Secretaria, são coisas desse tipo que podemos mudar é

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

como o Vitor é uma pessoa bastante ativa acredito que será mais fácil de acontecer, a questão do coffe-break, por exemplo não é difícil, não tem ilegalidade nisso, o que falta é um procedimento de rotina, uma regra de suprimento e programação. Acredito que consigamos fazer isso, penso que será melhor, peço a compreensão para que tenham paciência neste período em que a Defesa Civil estará usando este espaço, mas isso será breve e o retorno será melhor. **Presidente:** alguém gostaria de colocar mais alguma consideração nesse aspecto? **Conselheiro Juarez:** Senhor Presidente, consultando o Leopoldino, podemos colocar à disposição Antonina para a próxima reunião, o que daria um tempo maior para todos esses ajustes, só como sugestão, seria uma alegria enorme recebê-los em Antonina. **Presidente:** isso nos daria uma chance enorme de solicitar à APPA que apresente uma proposta de PDZPO para Antonina e fizéssemos simbolicamente a apreciação do mesmo lá, Sobre a questão da Secretaria gostaria de colocar algumas coisas, de fazer alguns registros em relação à Sra. Rosa e também em relação ao Vitor, mas inicialmente eu queria mencionar o seguinte, hoje vocês viram que toda reunião do CAP precisa de um apoio logístico, as vezes de 3 ou 4 pessoas, pois assuntos são muito dinâmicos e precisa-se de agilidade, pois senão demoraria muito, ou seja uma pessoa só não dá conta por maior boa vontade que tenha, está aí a estagiária Erinice que sempre trabalhou aqui e pode confirmar isso, então precisamos de mais alguém com experiência de CAP, para não sufocar e prejudicar não só o trabalho dele como do Colegiado. Na transferência da Rosa para outra função com suas atribuições, não poderemos mais contar com seus préstimos, então seria conveniente que a APPA disponibilizasse uma servidora dela para que possa complementar e dar o atendimento antes existente. **Conselheiro Luiz Henrique:** Presidente, lhe respondendo, nós vamos ver a disponibilização de mais uma pessoa, temos duas candidatas sugeridas pelo senhor, as quais acatamos, e vamos viabilizar uma delas para compor com o Vitor a Secretaria do CAP. **Conselheira Maria do Socorro:** o Bloco dos Trabalhadores, baseado nisso pede o retorno da Elenir ou da Sonia, que são servidoras da APPA, já trabalharam de forma muito competente neste CAP e nos fazem falta, este é um pedido do Bloco, o Luiz Henrique está me confirmando que são essas duas pessoas as sugeridas anteriormente pelo Presidente. **Conselheiro José Roberto:** da parte dos Usuários, cremos que são dois nomes que já conhecem o funcionamento do CAP, e por serem servidoras do Porto, independentemente de mudanças poderiam dar continuidade aos trabalhos. **Conselheiro Juarez:** Presidente, nosso Bloco também apoiaria. **Presidente**: pelo que percebi os Operadores Portuários também apóiam, e creio que nesta faze temos que fazer também um registro de agradecimento a Sra. Rosa, pois é uma pessoa bastante dinâmica, pró-ativa no que se dispõe a fazer ou recebe como missão e principalmente, no nosso período de convivência na qualidade de coordenador desse trabalho, lhe perturbei e exigi muito, e por isso peço desculpas por excessos que eventualmente eu tenha cometido. Em nome dos Conselheiros fica registrado os agradecimentos pelo seu trabalho, pela sua boa vontade e produtividade, solicitando desculpas por algum excesso que algum Conselheiro eventualmente tenha cometido, isso faz parte do processo, pois a vontade de produzir, de ter resultados, pode ocasionar essas situações e desejamos felicidades em sua nova missão. **Rosa Shimoisa Ebina – Secretaria do CAP:** agradeço a todos e estou à disposição no setor de Suprimentos e Licitações e nos desculpem por algum desentendimento por ventura ocorrido, pois faz parte do processo. **Presidente: Vitor,** seja bem vindo para nos ajudar e estamos aí sempre para somar esforços, dividir desafios e dividir tarefas, gostaria que se apresentasse e fizesse suas colocações. **Vitor Roberto Muller Bernardi – Secretário do CAP**: bom dia Senhores Conselheiros, quando nos convocaram para assumir essa função, nós colocamos à disposição para o desafio.

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

Estamos à disposição de todos, desculpem-nos estes transtornos iniciais, são decorrentes de uma troca de função entre eu e Rosa, e isso tem nos tomado tempo e afastado por muitas vezes da Secretaria, mas é só até nos inteirarmos dos nossos encargos. A princípio seria isso, novamente me coloco à disposição e esperamos que tenhamos um ótimo convívio. **Presidente**: peço que agradeçam também aos estagiários Lílian, Eron e Antenor pelo trabalho que fizeram. Os senhores recebem uma proposta de calendário, construída considerando nossa rotina de trabalho e evitando feriados e algumas intempéries, tem alguma discordância com a proposta? **Conselheiro Michael:** tenho uma questão particular para expor, eu faço parte do CAP do Porto de Sepetiba, que é um porto muito carente de atenção, e temos tido aqui a tradição termos as nossas reuniões na penúltima quinta-feira do mês, e percebo que nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e agosto, está marcada para a última quinta-feira do mês, o que conflita justamente com as reuniões daquele CAP, é uma simples observação. **Conselheiro Bózio:** Senhor Presidente, ainda na gestão e havia sugerido não só em relação ao dia mas também ao horário, gostaria que ao invés da reunião ser de manhã, fosse à tarde, pois perde-se o dia quando as reuniões são de manhã e , se fossem à tarde não teríamos problemas pois perderíamos a tarde e poderíamos adentrar a noite se necessário, o que não nos traria transtornos, pois temos que estar atento aos nossos negócios., então coloco aqui a sugestão de mudança de horário para início as 14 horas nas mesmas quintas-feiras. **Presidente:** Conselheiro Bózio, na ocasião sua sugestão foi considerada aqui neste CAP, com análise de todas as suas implicâncias, pois também teríamos problemas se fosse à tarde, a razão de ser de manhã e na quinta-feira, é que, após a reunião temos mais tempo de processar os atos decorrentes da mesma reunião do que se a gente fizesse isso somente na manhã de sexta-feira, por que de fato eu não gostaria de ficar aqui no sábado, por ter compromissos familiares, tendo que retornar na sexta-feira chegando à Brasília à meia noite, já que não existe vôo direto, por essa razão é que ficou fixada para quinta-feira de manhã, e aí estou hipotecando um pedido pessoal **Conselheiro Fayet:** também sou empresário, também tenho meus afazeres e prefiro que a reunião comece às 9 horas da manhã, porque se deixar para tarde descamba, por experiência própria, então eu insistiria para que continuasse de manhã **Conselheiro Michael:** o senhor pediu sugestão, e pelo fato de meu problema particular em razão do Porto de Sepetiba, eu sugiro que nesses meses de janeiro, fevereiro, março, abril e agostoo, de se manter nessas semanas se necessário mas antecipar um dia, ou seja, marcar para quarta-feira. **Presidente:** creio ser possível, então ficaria assim: 26 de janeiro, 23 de fevereiro, 30 de março, 27 de abril e 24 de agosto são as datas alteradas da proposta inicial, e não havendo objeções está aprovado o calendário para 2005. A conselheira Manuela está pedindo para se retirar em razão de viagem marcada para hoje. A comunicação interna foi distribuída, mas faltou aqui registrar um Ofício que o Presidente do CAP encaminhou à Superintendência da APPA, em relação à necessidade da disponibilidade de um espaço para o CAP se reunir, este está à disposição na Secretaria e creio não haver nenhum outro assunto a colocar. **Conselheiro Luiz Henrique,** preciso fazer uma colocação antes de terminar, hoje o Pedro Dias e o José Álvaro estão aqui e passarão às mãos de todos, já que Paranaguá é o primeiro Porto a protocolar um pedido de EIA-RIMA do Porto como um todo , Porto Público e não como Terminal, isso já está protocolado no IBAMA, inclui o Porto como um todo, obviamente que as instalação terão que ser pontuais, ou seja, se vou instalar um terminal terei que ter uma licença específica, mas isso daqui é uma espécie de guarda-chuva, que vai orientar no somente os aspectos específicos operacionais do Porto mas também os vinculados às obras, ou seja, estão inclusas obras ou projetos que pretendemos apresentar na próxima reunião do dia 26. Isso aqui é um resumo do EIA-RIMA, já que o original é composto de 4 ou

Rua Antônio Pereira, 151
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: capgua@pr.gov.br

5 volumes. Creio que o Pedro deveria fazer uma colaboração, pois é um momento histórico em Paranaguá, estamos encaminhando para a ANTAQ e demais entidades vinculadas para que tenhamos um novo cenário a partir do ano que vem. **Pedro Dias:** gostaria de dizer que a gente tomou cuidado de constar todos os aspectos necessários para todas as obras, por isso se constitui num guarda-chuva, tomamos a liberdade também para colocar uma outra questão que estava prejudicando alguns terminais de granéis, que é a questão do manejo de pragas voadoras ou pombos, e o IBAMA felizmente na semana passada depois de Parecer Jurídico, está nos dando a licença para dentro de um critério técnico fazer esse manejo, portanto Presidente, eu sugiro, com a concordância do Airton, que a gente faça uma reunião com os Operadores junto com o IBAMA na terça-feira da semana que vem às 14 horas para que a gente baixa essa população de 18.000 pombos, que conforme inventário existe aqui, mas tem que ser uma ação integrada e de todos pois é muito importante para a questão da exportação e isso será um grande avanço, após longo tempo de luta e espera. A sugestão quanto ao RIMA, é que cada um leia e posteriormente coloque suas dúvidas e sugestões, podemos inclusive se necessário, numa próxima reunião, vir e fazer a apresentação do RIMA, lembrando que está em análise pelo IBAMA, que esperamos em breve nos dê um posicionamento positivo para concluirmos o licenciamento ambiental dessas obras aqui colocadas.**Conselheira Maria do Socorro:** Senhor Presidente eu só queria dizer que isso é muito importante, porque hoje saímos do discursos e fomos para a prática, desta reunião o mais efetivo e importante que eu vi foi a solução da questão dos pombos, porque nossas Atas foram recheada ao longo desse percurso, parabéns.**Conselheiro Airton:** complementando, a Maria do Socorro participou de todos os problemas por ser componente de nossa Comissão de Meio Ambiente, acompanhando esse trabalho que foi bastante agilizado com a vinda do Pedro, para permitir o controle integrado de pragas, no sentido de que isso compromete seriamente nossas certificações de qualidade no âmbito de terminais de granel e inclusive as negociações comerciais. Isso é uma vitória realmente, o pessoal do granel ainda não está informado, vamos fazer uma reunião na terça-feira as 14 horas com o IBAMA, já aceitando a sugestão, faremos o convite através da Comissão dos Terminais da Associação Comercial, deixando o convite às entidades por conta do Pedro. **Presidente:** A Comissão vai examinar independente de cada Conselheiro e agente agradece à APPA por ter encaminhado ao CAP esse documento para apreciação, e gostaria que o Sr. Sérgio Mendes fizesse uso da palavra já que havia solicitado e estava aguardando, para que déssemos continuidade à reunião. **Sérgio Mendes:** é uma apreciação bem rápida, eu só queria saber na questão de divergência de peso, que é uma coisa que preocupa muito o exportador, teremos a visita amanha do pessoal da Bolsa de Chicago, que está colocando Paranaguá como parâmetro de preço internacional para contrato futuro, então é muito importante para nós saber se esta questão de divergência de peso está sendo tratada pela APPA e pela ANTAQ conforme foi combinado na reunião anterior? **Presidente:** creio que talvez a resposta vai ser somente a nível da APPA. **Conselheiro Luiz Henrique:** presidente, na última reunião eu trouxe o presidente da Comissão, que já tem o relatório final e temos duas providências em vias de acontecer, primeiro: será baixado um regulamento de sistematização de aferição, enfim de todos os procedimentos relativo à manutenção das condições de garantia de peso, e acho que será um documento bastante importante por ser uma coleta dos interesses de todos os terminais, então, a conclusão dessa Comissão será transformada num regulamento e obviamente que passará a ter um critério de cumprimento e vigilância, existindo algumas coisas que os próprios terminais entendem que possam ser até punidos se não cumprirem; e segundo, estamos já fazendo alguns testes, temos já duas balanças de passagem, instaladas nas correias com acompanhamento de nossos engenheiros,

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

que poderiam ser utilizadas em caso de divergência como uma contraprova, mas não haveria interesse nenhum da APPA em dizer o cara está certo ou está errado, na verdade poderia ser só uma contraprova, porque quando exige divergência de peso existe um embate, ficando uma discussão entre o draft e figura de terra e bordo, e aquilo não tem fim, e o navio precisa ir embora, remarca o BL e é um problema. Então estamos tentando administrativamente e de alguns aspectos operacionais preocupados com isso, tentar avançar nesse sentido, então posso dizer que, se não for neste mês, antes de começar a safra teremos o regulamento colocado em prática. **Sérgio Mendes:** eu gostaria de fazer uma pergunta ao Conselheiro Mauro Marder, no caso do algodão que você comentou, das providências que poderiam ser tomadas para melhorar o fluxo de mercadorias no TCP, deixando de lado o exportador que às vezes peca nessa entrega de mercadorias, mas se essas providências tiveram andamento? E se houveram, que pudesse relatar rapidamente para eu dar um retorno para o pessoal. **Conselheiro Mauro Marder:** todas as previdências de entrada na porta já foram tomadas; nos propusemos fazer uma linha de vazios e diferenciada de produção, com a chegada de mais empilhadeiras em janeiro; tivemos uma diminuição de burocracia na questão de tempo de porta, pois esse tinha aumentando em função da burocracia da Polícia Federal, controle aduaneiro, controle de caminhões de transporte, melhoramos esses processos; estamos comprando mais transtainers, que devem chegar a partir de junho a setembro. Hoje a questão que afeta um pouco é a questão dos acessos ao Terminal que estão serão construídos, pelo que sei estão com Ordem de Serviço para começar, enfim, sob o ponto de vista do Terminal, todas as providências que aqui relatei e na reunião com a APPA, foram tomadas, só necessitando de implementação e chegada das máquinas, etc, mas tudo feito. A questão da falta de container, que preocupa o exportador, na verdade não existe falta de container no mundo e sim falta de espaço em navio para trazer os containeres, creio que isso está sendo regularizado, pois estão tendo alguns serviços novos em Paranaguá para ter melhor oferta de espaços, estarão chegando navios maiores no ano que vem, e, percebemos que esta questão se resolverá num prazo de cerca de um ano. Agora, não posso dizer nada a respeito dos retro-terminais, se eles implementaram ou não seus projeto, enfim, estas são as questões básicas que estão sendo resolvidas, sei do que está acontecendo do ponto de vista do Terminal e do Armador, só não tenho conhecimento a respeito dos retro-terminais. **Conselheiro Luiz Henrique:** complementando rapidamente, também fizemos uma reunião na APPA, bastante produtiva e positiva, chamando TCP e alguns Usuários que se manifestaram com relação a isso, mas independente disso, a preocupação do Mauro é uma preocupação da APPA também, pois o problema de estrutura de retaguarda não é só com container, embora com esse e com fertilizantes é bastante crítico em Paranaguá hoje, eu não sei a fórmula dessa solução, mas creio que de alguma maneira, deveríamos conversar um pouco mais com formadores de opinião, por que não é possível que, muitas vezes paramos a operação de fertilizantes por falta de caminhão, pois não conseguem descarregar nos terminais de retaguarda, por que cada um funciona de um jeito, na verdade, estamos sentindo que existe um investimento de grande porte principalmente na área primária, TCP e outros, mas seria interessante tentarmos criar um movimento de sinergia para que o investimento também aconteça na retaguarda, pois senão vamos simplesmente mudar gargalos. **Conselheiro Mauro Marder:** só vou acrescentar uma informação do pessoal da ANEC, que nossa maior preocupação, já externada ao Luiz que está trabalhando para que isso aconteça, é que em nossa previsão com aumento substancial da carga de automóveis e novos serviços que estão vindo à Paranaguá no ano que vem, teremos problemas a partir de abril, maio, em função das dragagens naquele terminal, podendo afetar a movimentação de containeres no sentido que, se as esperas de navios crescerem muito, evidentemente que esses

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

irão "bye-passar" Paranaguá e se dirigir para outros portos. A APPA já sabe disso, o Luiz está trabalhando nisso, esse é um problema adicional para a exportação, principalmente de produtos de baixo valor agregado. **Conselheiro Michael:** tenho aqui uma cobrança porque estamos na última reunião do ano e tivemos planos de ações que foram lançados no início do ano, e de certa forma estamos bastante frustrados com o resultado, embora tenhamos constatado a dragagem até o nível solicitado pelos Práticos no Berço 217, que é de 8,20 metros de calado para atender navios PC6 naquele Berço, e ainda levando em consideração a Ordem de Serviço baixada em 18 de junho, liberando o Berço 216 para operações, esta Ordem classifica o calado em 9,45 metros de calados antes das obras contemporâneas de dragagem, solicitamos em outubro que a nossa Secretaria ou Diretoria Operacional olhasse a oportunidade de fazer um "up-grade", elevando para 10 ou 11 metros para que possamos fazer uso mais elástico do Terminal do Berço 216. E por último é a questão dos "Bow-thrusters", que conforme conversa que tivemos em outubro, esperávamos liberação de uso, estou encerrando ao ano com a obrigação de passar um relatório aos 39 Armadores que represento e gostaria de uma posição mais atualizado quanto a isso. **Presidente:** tenho a impressão que os representantes da APPA aqui presentes estão registrando e possam tão logo seja possível, trazer uma resposta satisfatória. Senhores Conselheiros, creio que chegamos ao momento mais significativo desta reunião, que é o de recuperar decisão da desse Colegiado na reunião passada, que foi o de iniciar um reconhecimento pelo mérito, pelo êxito, pela colaboração de algumas autoridade que têm manifestado ao longo desse ano, seu apreço, seu apoio não a este Conselho mas ao desenvolvimento do Porto de Paranaguá. Quando foi proposto naquela reunião, prestar esta homenagem ao Comandante Osmar, houve unanimidade, pois trata-se de uma pessoa que tem demonstrado ao longo desse período algo de maneira singular que é esse apreço a essa atividade, diria essa vocação pela carreia militar que escolheu, e nada mais justo que se prestar esta homenagem que, para ele talvez seja uma rotina mas é muito importante para nós. Desta forma gostaria de ouvir os Conselheiros sobre essa matéria. **Conselheiro Juarez:** me sinto muito à vontade para falar do Comandante Osmar, pois o Porto de Antonina, na sua gestão, teve rebaixamento de calado por duas vezes, navegação noturno cortada e, apesar de tudo isso, tenho que reconhecer que o Comandante Osmar é um exemplo de homem público., e afirmo que tudo o que aconteceu conosco nesse período não foi pior em razão da gestão brilhante que ele teve na Capitania, ele soube com discernimento, transparência e coragem muitas vezes equilibrar situações. Só podemos lhe desejar pleno e absoluto sucesso e a convicção de pessoal que sentiremos muita saudade, porque é uma pessoa que conquistou a todos, não tenho mais muito a dizer a não ser da imensa gratidão pelo que o senhor representou, representa e continuará representando como homem público, para a Marinha e para o País, seria muito bom se tivéssemos mais pessoas com o seu perfil, foi um grande aprendizado que tivemos nesse período, muito obrigado. **Conselheiro Ozeil:** somente para complementar o que o Juarez falou, nesse período que convivemos com o Comandante, de fato ele foi uma pessoa transparente, inteligente, leal, profundo conhecedor de suas atividades e que efetivamente cativou a todos nós. Tenho certeza que hoje estamos sentido um misto de tristeza e alegria, tristeza por que estamos perdendo um grande colaborador e alegria por que vai para outros lugares desenvolver suas atividades. Mas foi um batalhador, todas as suas colocações foram pertinentes, oportunas claras e com cunho técnico muito bem balizado. Somos muito felizes Comandante, por tê-lo conhecido e seu trabalho ficará marcado aqui neste CAP, bem como lhe desejamos felicidades na sua nova tarefa, parabéns. **Conselheira Maria do Socorro:** Comandante, eu quero fazer exercício rápido de memória com os trabalhadores e os militares que foram presidentes do conselho, quando isso ocorreu, a

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

princípio os trabalhadores foram contra, mas quero lhe dizer que ao longo dos anos foram nossos grandes companheiros, todos os presidentes de conselho que eram Capitães de Portos, assim como o senhor, mesmo não sendo Presidente, honrando a Marinha, da qual tenho muito orgulho, pela sua honradez, pela ética, pelo comportamento, pela brasilidade, enfim, por tudo que o senhor demonstrou, assim como seus antecessores mostraram, então parabéns Comandante. **Presidente:** Comandante Osmar tenho poucas palavras a colocar para o senhor, eu poderia sintetizar dizendo o seguinte: as pessoas verdadeiramente importantes são aquelas que fazem história e, a atividade portuária tanto no âmbito de atividade operacional do porto quanto na atividade aquaviária de Paranaguá, terá registrado em seus anais sua passagem por aqui, refletindo a importância do seu trabalho, e que, o senhor fez parte dessa história, não nos cabendo outra razão a não ser aplaudi-lo e agradecê-lo por ter premiado este CAP com sua convivência. Então para isso me foi dada a oportunidade de lhe passar às mãos uma singela homenagem, que é uma placa onde está escrito: " Ao Senhor Osmar Pedro da Cunha, Capitão de Mar e Guerra- A homenagem do CAP – Paranaguá e Antonina pelos relevantes serviços prestados a este Colegiado – Conselho de Autoridade Portuária, dezembro de 2004, a qual passo às suas mãos. Da mesma forma, foi solicitado que a APPA gostaria de prestar sua homenagem, então vamos ouvir o senhor Paulo Moacir Rocha, que tem a sua mensagem. **Paulo Moacir Rocha – APPA:** - Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, demais autoridades, creio que tudo o que tinha que ser dito do Capitão Osmar já foi dito pelos demais participantes desta reunião, mas em nome do Dr. Eduardo Requião, que não pode comparecer em virtude de uma viagem ao Rio de Janeiro, eu gostaria de agradecer todo o esforço e eficácia despendida pelo Comandante, eficácia é uma palavra que me marcou muito, o Comandante sabe do que estou me referindo, tanto que nessa pequena homenagem que a Administração dos Portos de Paranaguá estará lhe entregando em seguida, de mencionar essa palavra para que não seja esquecida pelo senhor e por nenhum de nós, muito obrigado. **Comandante Osmar Pedro da Cunha – Capitania dos Portos**: - Eu gostaria de agradecer a convivência que tive durante esses dois anos com todos vocês, sempre participando aqui como convidado, desde o início existia a possibilidade do Capitão dos Portos assumir o CAP, mas já tinha ordem superior dizendo que eu não poderia assumir. Mesmo como convidado fiz questão de participar a todas as reuniões e não faltar nenhuma, por ser o momento em que afloram as discussões mais importante sobre o Porto e Paranaguá, embora as vezes longas e polêmicas, mas, prazerosamente sempre fiz questão de comparecer e contribuir com o que estivesse a meu alcance. Fiz aqui em Paranaguá bastante amizade, e Paranaguá deixará muita saudade na minha vida, espero ter contribuído de alguma forma nessa comunidade, desde que vim para Paranaguá, apesar das extensas atividades da Capitania, sempre tive uma preocupação maior junto ao Porto, tentando buscar as melhorias desejamos. Desde já convido a todos os presentes para a solenidade de passagem de cargo na Capitania, no dia 14 de janeiro às 10 horas e saio com a sensação do dever cumprido. Foi um prazer conhecer a todos. Agradeço o apoio que recebi nesse período, muito obrigado e estou indo para Rio Grande, continuarei ligado à Paranaguá no Comando do 5º Distrito Naval, exercendo a função de Chefe de Estado Maior assessorando direto ao Almirante nas decisões que emanam para os três estados, da Marinha. Coloco-me à disposição para quem precisar de algum apoio, muito obrigado. **Presidente:** sucesso mais uma vez para o senhor, finalizando então fica confirmada a próxima reunião para o dia 26 de janeiro, na Ponta do Félix em Antonina e o Conselheiro Mauro Marder tem um convite a fazer para todos. **Conselheiro Mauro Marder:** - Estão todos convidados a almoçar, como tem sido tradição se fazer um almoço festivo no final do ano, convido a todos para almoçar no Restaurante Danúbio Azul **Presidente**: - Para

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel.: (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

concluir, existe uma frase de um poeta amazonense chamado Tiago de Mello que diz assim: "faz escuro, mas eu canto", então, vamos entender 2005 dentro desse espírito, de renovação, de mudança, de aprimoramento. Terminamos este ano enquanto reunião do CAP com produção enorme. Os Senhores não imaginam o que esse CAP produziu esse ano. O CAP cumpriu seu papel e naturalmente, a exemplo do Comandante e todos nós, tudo se faz coletivamente, tudo se faz com apoio daqueles que produzem resultados, então quero mais uma vez desejar a todos em particular e junto aos seus familiares um Feliz Natal, um Próspero Ano Novo e que a gente retorne melhor ainda, obrigado a todos. Nada mais havendo a tratar o **Sr. Presidente** encerrou a reunião, confirmando a próxima Reunião Ordinária para o dia 26 de janeiro de 2005, às 9h, na sala de reuniões do Terminal da Ponta do Félix, na cidade de Antonina – Paraná, tendo eu **Vitor Roberto Muller Bernardi**, Secretário Executivo lavrado a presente Ata que segue assinada pelo Presidente, demais Conselheiro e Convidados.

CONSELHEIROS	**ASSINATURA**
Hélio José da Silva	
Mauro João Sales de Albuquerque Maranhão	
Juarez Moraes e Silva	
Maria Manuela da E. Oliveira	
Luiz Henrique T. Dividino	
Carlos Alberto S. Calvo	
Michael Martins da Silva	
Mauro Fontoura Marder	
Jorge Tacla Filho	
Zulfiro Antônio Bósio	
Ozeil Moura dos Santos	
Luiz Antônio Fayet	
Airton Galinari	
Sidney Pinto	
José Roberto Almeida Corrêa	
Luiz Henrique Roos	
Maria do Socorro de Oliveira	
Wilson Moraes da Silva	
Carlos Gilberto Guardhain Mattoso	
Arivaldo Barbosa José	
Afonso César Xavier Amatuzzi	
CONVIDADOS:	
CMG. Osmar Pedro da Cunha	
Sebastião Garcia de Carvalho	
Leopoldino de Abreu Neto	
Edison de Muzio Carvalho	
Edson Cézar Aguiar	

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR
Tel. (41) 420-1142 - Fax (41) 420 -1360
www.portosdoparana.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

Pedro Lopes de Oliveira
Lício George Domit
Sérgio Teixeira Mendes
Nilson Hanke Camargo
Nelson Costa
Pedro Dias
Claudio Ostermayer
Stella Maris F. Bitencurt
Xênia Karina Arnt
José Álvaro
Carlos Prado